

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 064/065

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE MAIO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado) - Nelson Tureck; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 049ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE MAIO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Ofício ASS nº 016/00

Curitiba, 30 de maio de 2000.

Venho, pelo presente, respeitosamente solicitar à Mesa Executiva desta Casa de Leis a disponibilidade de

um conjunto do Relatório e Peças do Balanço do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1999, que a Assembléia Legislativa precisa ter para que os deputados possam exercer a sua função fiscalizadora.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para reiterar protestos de consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 10.05.00.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 951

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 233/99, item 06, em 1ª discussão, de autoria do ilustre deputado Ricardo Maia, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 952

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 384/99, item 08, em 1ª discussão, de autoria do nobre deputado Anibal Khury, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 975

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 151/2000, de sua autoria, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa da Criança de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio, tendo em vista existir a Lei nº 7419 de 10 de dezembro de 1980, que declarou de utilidade pública a referida entidade.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 982

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER à Mesa Executiva desta Casa de Leis, que nomeie uma comissão supra partidária, para abrir e acompanhar as negociações entre governo do Estado do Paraná (Secretaria de Educação) e professores da Rede Estadual de Ensino (APP- Sindicato).

Nestes termos pede deferimento, conforme os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 958

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à senhora Maria Lubaczewsk, sito à av. Paraná, 1487, ao prefeito municipal Clóvis João Bombarda, ao presidente da Câmara Municipal Abel H. de Sá Almeida e ao presidente do PMDB Ivanir Boniatti, com votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Nestor Feiten, do município de Corbélia-PR.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor José Nestor Feiten, deixou consternada a população de Corbélia. Há muitos anos residindo no município, pai exemplar, deixa-rá em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O senhor José Nestor Feiten soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 959

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de pesar, para a família o senhor Antonio Romero Molina, falecido no último dia 25 de maio, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 960

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Oswaldino Macedo, falecido no último dia 25 de maio, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 961

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão, votos de congratulações ao jornal “Gazeta Mercantil”, pela passagem da festa de comemoração de seus 80 anos de fundação, a realizar-se neste dia.

Requer ainda, que se dê ciência ao senhor Luiz Fernando F. Levy, presidente da “Gazeta Mercantil”, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Josefina Rocha, 450 - Batel - CEP 80440-190 - nesta Capital.

Sala das sessões, em 30.05.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 962

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja registrado nesta Casa de Leis, votos de congratulações ao doutor Jamil Ibrahim Iskandar, pela sua brilhante atuação na área de Filosofia, uma vez que estará viajando no próximo mês para a Espanha, onde participará do curso de Pós-Doutorado.

Há 22 anos, o doutor Iskandar leciona na Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, já tendo sido diretor de escolas de 1º e 2º graus.

Defendeu no seu curso de Doutorado a tese sobre Filosofia Árabe Medieval, sob cujo tema desenvolverá também o seu Pós-Doutorado.

Doutor Iskandar, nasceu no Líbano e veio para o Brasil com o pais quando tinha nove anos de idade, na década de 50; é casado e pais de três filhas.

Sala das sessões, em 30.05.2000.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 964

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - Coren/PR, alusivos a realização do 1º Seminário do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, que ocorre nos dias 29 e 30 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência a presidente, senhora Jurandy Kern Barbosa, através de correspondência a ser encaminhada a Rua XV de Novembro, 279 - CEP 80020-921 - Curitiba - Paraná.

Sala das sessões, em 30.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 972

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Edgar Schwulk e Ildegard Schwulk, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das sessões, em 30.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 980

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo senhor senador Álvaro Dias, pela feliz iniciativa do projeto de lei contrário a venda de ações da Petrobrás.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor senador Álvaro Dias.

Sala das sessões, em 30.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O eminente senador Álvaro Dias, ao apresentar o projeto de lei contrário a venda das ações da Petrobrás, anunciada pelo Governo Federal, obteve apoio incondicional da maioria da população brasileira, que manifestou-se absolutamente contrária a venda 31,77% das ações ordinárias como pretende o governo.

A equipe do governo pretende vender parte do controle acionário da Petrobrás para abater a dívida do tesouro. Felizmente há resistências importantes como o senador Álvaro Dias, para preservar o patrimônio intocável daquilo que tem o maior grau de confiabilidade da população brasileira.

REQUERIMENTO Nº 979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao senhor doutor Ingo Henrique Hubert, diretor presidente da Copel, para que tenha a gentileza de informar a causa dos novos procedimentos para o atendimento da população do interior.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Acompanhamos por longos anos o serviço da Copel, que na verdade era de alta qualidade e eficiência, especialmente aqueles atendimentos de emergência com funcionários altamente qualificados residentes nos próprios municípios.

A Copel tenta explicar que, com a necessidade de enxugamento do Quadro de Pessoal, o atendimento no interior foi totalmente modificado.

Hoje, todas as equipes de manutenção foram reduzidas, sendo os funcionários transferidos para a regional, além disso, com o desmonte do pessoal o trabalho de acompanhamento e a qualidade dos serviços passaram a ser imperfeitos, inclusive com o fechamento de algumas agências e outras centralizadas nas regionais, colocando em risco o atendimento ao público.

Anteriormente, ou seja, antes do atual enxugamento do quadro da COPEL, os funcionários, técnicos, residentes nos próprios municípios, conheciam perfeitamente todos os locais chamados para atendimentos, Hoje, isso é dificultado em virtude dos técnicos solicitados para prestar serviços, vindo das Regionais encontram obstáculos por não terem conhecimento da região como aconteceu com os antecessores.

REQUERIMENTO Nº 976

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja aprovado e enviado moção de apoio aos auditores-fiscais da Receita Federal, solicitando ao ministro da Fazenda, senhor Everardo Alves Maciel, para que abram negociações com a categoria e acolham suas justas reivindicações.

Sala das sessões, em 30.05.2000.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Os auditores-fiscais da Receita Federal, encontram-se em movimento reivindicatório desde março de 2000, tendo a seguinte pauta de reivindicação aprovada em Assembléia Nacional:

1. critérios e garantias especiais para a demissão dos servidores das carreiras exclusivas de Estado, conforme prevê o artigo 247 da Constituição Federal;
2. manutenção do regime estatutário (Lei 8.112) para a contratação de novos auditores-fiscais;
3. reposição das perdas inflacionárias acumuladas desde janeiro de 1995, conforme índice do Dieese, para todos os componentes da categoria;
4. manutenção da paridade entre servidores ativos e aposentados/pensionistas conforme o art. 40 da Constituição Federal;
5. contra o desmonte da Secretaria da Receita Federal;

6. piso salarial de R\$4.500,00 para todos os integrantes da carreira, conforme vigia até junho de 1999.

Apesar do direito à organização sindical estar insculpido na Constituição Federal, das justas reivindicações e da forma democrática como o movimento vem sendo conduzido, o secretário da Receita Federal tem se recusado sistematicamente em dialogar com os representantes da categoria.

REQUERIMENTO Nº 977

Senhor Presidente.

Os deputados que subscrevem o presente, membros da Bancada Ruralista da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUEREM à Vossa Excelência, após ouvido o douto Plenário, seja enviado manifesto ao Excelentíssimo senhor Presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, apoiando incondicionalmente a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que investigue onde foram aplicados os R\$12 bilhões de reais gastos nos últimos cinco anos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no programa de Reforma Agrária no Brasil.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(aa) HERMAS BRANDÃO, DIVANIR BRAZ PALMA, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, EDNO GUIMARÃES, CLEITON KIELSE, TIAGO DE AMORIM NOVAES, AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO GENARI, MOYSÉS LEÔNIDAS, ÉLIO RUSCH, NELSON GARCIA, LUIZ ACCORSI, MILTINHO PUPPIO, CEZAR SILVESTRI e FERNANDO RIBAS CARLI.

REQUERIMENTO Nº 981

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado para o Presidente do Tribunal de Contas - Conselheiro Quielse Crisóstomo da Silva, um ofício solicitando em caráter de urgência um parecer sobre a legalidade da operação financeira do edital nº 004/2000, que segue anexo, sobre proposta para securitização de ativos referente a imposto territorial urbano e taxas agregadas e multas municipais, além de outros créditos.

Sala das Sessões, em 30.05.2000

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Presume-se que a referida operação de securitização é uma antecipação de recursos disfarçada, em que são dados como garantia os tributos e taxas futuras do município e que segundo a proposta tem valor estimado de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), o que iria contra as proibições da Lei de Responsabilidade Fiscal que impede o comprometimento da receita futura.

REQUERIMENTO Nº 963

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao chefe do DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagens - 9º Distrito Rodoviário Federal, engenheiro João Alberto Sautchuk, solicitando a restauração com urgência dos acostamentos da BR 487, trecho Campo Mourão - Luiziana.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A BR 487 é uma rodovia que serve de escoamento agrícola para uma vasta região. Conta com inúmeras indústrias, sendo o elo de ligação entre o município polo de Campo Mourão e vários outros municípios da região.

Seus acostamentos estão em situação precárias, colocando constantemente em risco de vida seus usuários, pois por ela trafegam diariamente um fluxo intenso de caminhões, tratores, colheitadeiras, ônibus escolares, etc.

A realização dessa obra trará enorme melhoria na qualidade de vida da população que faz uso dessa importante rodovia.

REQUERIMENTO Nº 965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Heinz Georg Herwig, secretário de Estado dos Transportes, solicitando recapeamento da rodovia PR-090 entre as cidades de Piraí do Sul e Ventania em face do avançado estado de deterioração do leito da pista.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em função das novas praças de pedágio e pelo péssimo estado de conservação das rodovias do norte velho do Paraná, o tráfego vem se desviando, utilizando-se da PR-090, que já tem traçado difícil e sem as mínimas condições de acostamento. A situação agrava-se, ainda mais, pela deterioração a que está sendo submetida, pois há mais de 6 anos não se faz o recape daquela importante via de ligação entre o sul e o norte.

Por entender ser mais que justa esta reivindicação, é que solicito ao plenário a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 967

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A., no sentido de atender o pedido da senhora Francisca Cordeiro da Silva, residente à Rua Licéria Rodrigues Miranda nº 418 - Bairro Campo

Comprido, a qual pede que a sua conta de telefone chegue antes do dia do pagamento da mesma. Ocorre que o aviso chega atrasado em sua residência, o que tem lhe causando transtorno e prejuízo. A data já foi alterada para evitar tal problema, porém de nada adiantou. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 285-1107.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 968

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente do senhor Antonio de Góes Lima, residente à Rua Venezuela Quadra 30 Lote 21 - Jardim Nereidas - município de Guaratuba - Paraná, que pede agilização e previsão da instalação do terminal telefônico referente a inscrição feita através do CPF: 127.145.779-20 em 1997. Em setembro/99 essa Telepar encaminhou-lhe correspondência para confirmação da referida inscrição e até a presente data não ocorreu a instalação. Segundo o senhor Antonio, inscrições feitas após a sua, já foram atendidas, inclusive àquelas feitas há seis meses atrás. Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário informações complementares, podem ser obtidas com o requerente pelo telefone 9966-1462.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 969

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A., no sentido de atender o pedido do senhor José Luiz Teixeira, residente à Avenida Tancredo Neves nº 377 - Vila Príncipe - município da Lapa - Paraná, que pede agilização e previsão de um terminal telefônico referente a inscrição feita no Correio da Lapa sob CPF: 355.718.539-72 em 16.10.97. Afirmo o senhor José Luiz que os moradores da rua em que reside e que fizeram suas inscrições há dois ou três anos atrás, já encontram-se com os telefones instalados. A Telepar lhe informou que por falta de disponibilidade técnica, o telefone não pôde ser instalado, porém como se explicam as instalações acima citadas? A maioria dessas instalações foram realizadas no mês de abril próximo passado.

Diante dos fatos, solicita-se brevidade na instalação do referido terminal telefônico.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 970

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Telecomunicações do Paraná S.A., no sentido de atender o pedido do senhor Benedito de Almeida, residente à Rua Clóvis Weischemer nº 97 - Vila Oficinas, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico referente a inscrição feita em 1997. O senhor Benedito afirma que telefones cujas inscrições foram feitas após a sua para o mesmo bairro, já foram instalados, motivo pelo qual faz tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 971

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A., no sentido de atender o pedido da senhora Fátima Luciano, residente à Rua Braga nº 164 - Jardim Santa Terezinha II - município de Colombo, que pede a implantação de um aparelho telefônico público em frente à sua residência, local este onde funciona a mercearia Pôr do Sol. Toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 31.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 973

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de atender o pedido do senhor Reinaldo da Maia, residente à Rua nº 4 Casa 46 - Bairro Jardim Dona Belizária - município de Almirante Tamandaré, o qual, em nome dos moradores das proximidades, pede a re colocação de uma lombada que foi retirada no dia 18 próximo passado da Rodovia dos Minérios, no Km 17,5. O local é muito movimentado e como existe a Escola Municipal João Batista bem próxima, as crianças ficam propensas aos atropelamentos. Os pais estão preocupados e pede-se providências que venham contribuir com a segurança dos pedestres. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 657-3111.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 955

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Reinold Stephanes, presidente do Banco do Estado do Paraná solicitando informações em relação às denúncias que apontam o

Banestado como uma das instituições que, nos últimos tempos, transformou-se em “lavanderia nacional” de recursos oriundos das mais diferentes formas de se praticar o crime, sem negar aí a responsabilidade das autoridades da área federal de fiscalização. Para tanto, solicito o seguinte:

- Quais as determinações do Banestado em relação a levantamentos e/ou auditorias que deveriam ser feitas nas praças em que se tem o maior índice de dinheiro de atividades escusas?

- Quais foram as praças envolvidas? (indicar as respectivas agências)

- Quem são os responsáveis pela facilitação do trânsito deste dinheiro pela Instituição?

- Quais foram as medidas que o Banestado tomou para proibir este tipo de operação ilícita e qual a punição dos envolvidos?

Para termos este processo esclarecido não só a este deputado, mas a todo povo paranaense, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 956

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Lubomir Antônio Ficinski Dunin, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano, solicitando as seguintes informações:

- Levantamentos autimétricos realizados em convênio pela ParanáCidade e os municípios paranaenses, mediante financiamento próprio (do Estado) e o programa ParanaUrbano);

- Quais os municípios, áreas levantadas e os valores, com as respectivas participações do Estado, do município e do Banco Mundial nos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Compete a esta Casa fazer acompanhamento e fiscalização e, para que este deputado possa cumprir com seu dever e ter acesso a estes levantamentos, é que solicito ao plenário a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 957

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Antônio Leonel Poloni, secretário de Estado de Agricultura e Abastecimento, solicitando as seguintes informações:

- A quantidade de mudas de café (em milhares) e quantas toneladas de calcário foram destinadas aos municípios abaixo relacionados nos anos de 1997, 1998 e 1999:

Assaí, Jataizinho, Nova Fátima, São Sebastião da Amoreira, Figueira, Porecatu, Sertaneja, Rancho Alegre, Nova América da Colina, Primeiro de Maio, Uraí, Sertanópolis, Curiúva, Santa Cecília do Pavão, Tamarana, Bela Vista do Paraíso, Leópolis, Santo Antônio do Paraíso e Alvorada do Sul.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Compete a esta Casa fazer acompanhamento e fiscalização e, para que este deputado possa cumprir com seu dever e ter acesso a estes dados, é que solicito ao plenário a aprovação do presente requerimento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 174/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É de responsabilidade das indústrias farmacêuticas e das empresas de distribuição, dar distinção final adequada aos medicamentos, em poder de farmácias localizadas no Estado do Paraná, com prazos de validade vencidos ou fora de condições de uso, de conformidade com o previsto no art. 5º da Lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1.999.

§ 1º - Para efeito desta lei, considera-se farmácia o estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica.

§ 2º - Para efeito desta lei, considera-se empresa de distribuição a distribuidora o fornecedor de insumos e medicamentos aos estabelecimentos de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica.

Art. 2º - É assegurado às farmácias recusar o recebimento, de produtos farmacêuticos cujos prazos de validade específicos tenham decorrido em mais de um terço de sua totalidade.

Parágrafo Único - A assunção, pela indústria farmacêutica, de compromisso de imediata substituição dos medicamentos cujos prazos de validade venham a expirar em poder das farmácias e das empresas de distribuição excepciona a prerrogativa disposta no *caput* deste artigo.

Art. 3º - A partir do dia que expirar o prazo de validade dos medicamentos, as farmácias informarão aos fabricantes a lista de medicamentos que tenham seus prazos de validade vencidos a fim de que sejam tomadas as medidas determinadas por esta lei.

§ 1º - No prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento das informações de que trata o “caput” deste artigo, os fabricantes ou as empresas de distribuição de medicamentos providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação legalmente aplicável a cada caso.

§ 2º - A substituição a que se refere o parágrafo único do art. 2º, pelas indústrias farmacêuticas dos medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e das empresas de distribuição dar-se-á no prazo mínimo de 15 (quinze) dias a partir da notificação do detentor do estoque.

§ 3º - Caso o medicamento cuja distribuição foi assegurada não seja mais fabricado, fica a indústria farmacêutica obrigada a restituir a farmácia, ao distribuidor ou à entidade adquirente, as quantias pagas, monetariamente corrigidas.

§ 4º - Caso o medicamento seja fornecido pelos distribuidores representantes da venda de medicamentos da indústria farmacêutica, este será o canal de retorno para o legítimo ressarcimento da indústria para a farmácia ou entidade adquirente.

Art. 4º - Considera-se antecipadamente vencido o medicamento cuja posologia não possa ser inteiramente efetivada no prazo de validade ainda remanescente.

Art. 5º - A inobservância de qualquer dispositivo da presente lei sujeitará o infrator a pena de multa, que será exarada pela Divisão de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde, correspondente a 200% (duzentos por cento) do valor atualizado dos medicamentos.

§ 1º - O produto da arrecadação das multas previstas nesta lei será convertido como receita do Fundo Estadual de Saúde.

§ 2º - Em caso de reincidência, a multa será duplicada.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente plano de lei com o objetivo de sanar as graves consequências, à população causadas pelos medicamentos vencidos, chegando, muitas vezes, a casos fatais.

Destacamos que proposição semelhante já foi aprovada pelo Estado de Santa Catarina, Lei nº 11.190, e, quando implantada no nosso Estado, muito beneficiará a

população dos municípios paranaenses, com um universo de 4.230 farmácias.

Outrossim, a matéria vem de encontro com a legislação estadual existente, tendo visto que a Lei nº 12.493, em seu artigo 5º, prevê a destinação final dos medicamentos ser de responsabilidade da indústria farmacêutica.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 175/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido parágrafo ao artigo 2º, da Lei nº 12.201, de 25 de junho de 1998, que alterou a Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, com a seguinte redação:

“Art. 2º - ...

§ 1º - ...

§ 4º - No que se refere ao passivo atuarial e patrocínio do Funbep - Fundo de Pensão Multipatrocinado, o Poder Executivo fará constar, também, em todos os editais de alienação do controle acionário do Banco do Estado do Paraná S/A, como obrigação dos novos controladores, assumir o patrocínio do Funbep - Fundo de Pensão Multipatrocinado, de Previdência e Assistência Social, na condição de mantenedores, sem impedimento de futuras negociações visando alterar as condições assumidas ficando assegurado aos atuais participantes, a manutenção das normas contidas nos regulamentos dos planos de saúde e benefícios previdenciários em vigor na data da publicação desta lei.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Já se vislumbra uma grande inquietação dentre os participantes, principalmente por parte dos aposentados e pensionistas, cuja sobrevivência depende quase que exclusivamente dos valores que lhes são aportados pelo Funbep, uma vez que suas condições de idade propecta e de saúde abalada não, lhes permitem exercer outra atividade rentável. É notório que os valores pagos pela previdência oficial INSS são irrisórios e não podem suportar uma qualidade mínima de vida a que os assistidos do Funbep vinham mantendo durante a sua atividade produtiva e que pretendem continuar, não tão ampla como quanto estavam na ativa, porém o que lhe assegure uma velhice tranqüila. Para isto contribuíram e continuam contribuindo para o Funbep.

A Lei nº 12.355 de 8 de dezembro de 1998 que autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da Copel, em seu artigo 6º, II, prevê a assunção do patrimônio da Fundação Copel, ao externar a

preocupação do legislador no bem estar social dos empregados daquela CIA.

O presente ante-projeto de complementação da Lei nº 11.961 de 19 de dezembro de 1997, com os dispositivos legais que já aditaram visa manter e adequar por princípio de isonomia, equidade e justiça, as mesmas salvaguardas reservadas aos empregados da Copel gerando a tranquilidade aos participantes do Funbep e prestando a assistência que o Estado tem obrigação dentro dos mais elementares princípios de cidadania.

É importante que se recorde o que prevê a Constituição Federal ao tratar da Seguridade Social, nos aspectos mais pertinentes aos objetivos desse anteprojeto de lei.

Art. 194 - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, a previdência e à assistência social.

Parágrafo Único - Compete ao Poder Público, nos termos da Lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade de equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;

Cessar o patrocínio do Funbep nos mesmos moldes atuais como resultante da alienação do controle acionário do Banco do Estado do Paraná S/A, resultará principalmente na redução ou mesmo total inadimplência no pagamento dos benefícios atuais, em flagrante contraposição ao que determina o item IV do parágrafo único do artigo acima reproduzido.

Aquele mesmo parágrafo único deixa evidente que o Estado é responsável pela manutenção dos objetivos da previdência social, mesmo que, como no caso, trate-se de instituição de previdência privada de caráter exclusivo e fechado. Ficará extremamente estranho que ao se desfazer do controle acionário de empresa de economia mista, o Poder Público venha a relegar ao esquecimento todos aqueles que colaboraram para o desenvolvimento das atividades sociais, sempre com dedicação e fidelidade durante toda a sua existência laboral.

A simples responsabilidade decorrente da participação acionária de quem adquirir o controle do Banco do Estado do Paraná S/A não será suficiente para que o que aqui se pretende seja efetivamente garantido. Há que existir um diploma legal com toda sua força coativa para vincular, sem sombra de dúvida, a aquisição ao compromisso social com seus empregados ativos e aposentados através de sua entidade de seguridade social - Funbep.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 176/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Artigo 2º da Lei 11.182, de 23 de outubro de 1995 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - Para usufruir do benefício, o estudante deverá comprovar a condição referida no artigo anterior, através de identidade estudantil expedida pela União Paranaense de Estudantes (UPE), União Brasileira de Estudantes de 1º e 2º graus (UBES), União nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES).”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa equacionar a Lei PR nº 11.182, de 23 de outubro de 1995, no que diz respeito à inclusão da União Paranaense de Estudantes (UPE) no rol das entidades representativas com responsabilidade de emitir documento de identidade estudantil com a finalidade de usufruir os benefícios da lei (“o pagamento de metade do valor efetivo cobrado para ingresso em casas de diversão, espetáculos, praças esportivas e similares ao estudante regularmente matriculado em estabelecimentos de ensino público ou particular de 1º, 2º e 3º graus, no Estado do Paraná, na conformidade da presente lei” (Lei 11.182/95, artigo 1º, caput).

Certamente, dada a relevância do assunto e a representatividade da UPE no âmbito dos estudantes paranaenses, o presente projeto de lei receberá a necessária acolhida, dando por corrigida a ausência injustificável da entidade no rol daquelas com competência legal para emitir o necessário documento estudantil.

PROJETO DE LEI Nº 177/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Denomina de Rodovia Engenheiro Argus Thá Heyn, a PR-407 do entroncamento com a BR-277 à Praia de Leste - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) PLAUTO MIRÓ QUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Argus Thá Heyn, nascido em 30 de setembro de 1949, em Curitiba - Paraná, RG 673.359, solteiro, filho de Hermilo Heyn engenheiro civil, formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná em 1972.

Argus foi um engenheiro que pautou sua vida profissional na busca de verdadeiro conhecimento convencional de conceitos prontos e fórmulas feitas. O seu profundo conhecimento de engenharia rodoviária teve origem no estudo, na pesquisa e na observação acurada da realidade. Somente aqueles que são verdadeiros conhecedores de alguns ramo de atividade, são capazes de avaliar o esforço e dedicação necessários para se obter este conhecimento. Como disse um seu amigo: "Se soubessem o trabalho que dá adquirir conhecimento, provavelmente, a imensa maioria abandonaria a idéia de saber o que o Argus sabia".

Como pessoa foi impecável. Capaz de discernir fatos e acontecimentos com justiça e sabedoria. Fez muitos amigos. E muitos são testemunhas de quantos lhe devem conhecimento e fraternidade.

Quando morreu, em 20 de agosto de 1995, Argus já era respeitado nacionalmente como profissional da engenharia rodoviária e estava em vias do reconhecimento internacional.

A morte o levou. Cedo demais.

Profissionalmente, pouco depois de sua formatura, em julho de 1976 ingressou no DER, e a partir daí, sua dedicação ao conhecimento da pavimentação rodoviária foi exclusiva.

Elaborou projetos correntes de pavimentos com competência técnica e deu soluções com criatividade invejável a problemas especiais.

Além disso, exerceu vários cargos e funções no DER. Dentre estas atividades, destacam-se:

- participou da comissão encarregada de analisar e emitir pareceres em projetos de pavimento designado em 1978;

- chefe do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do EEP, designado em maio de 1978;

- participou da Conferência Internacional sobre rodovias de desenvolvimento, organizado pelo governo Francês, através da "École National de Pontes de Chausses" em Paris, em maio de 1984, com a apresentação do trabalho "Performance of low cost pavement in Paraná",

- chefe do setor de Projeto de Pavimentação, designado em maio de 1985;

- chefe do escritório Regional de Estudos e Projetos, no 1º Centro Regional, designado em março de 1987;

- presidente da comissão encarregada de definir os projetos de pavimentação do "Programa de Rodovias Rurais", designado em agosto de 1987;

- coordenador técnico do grupo de trabalho para orientação e implantação do sistema de Gerência de Pavimentos, designado em abril de 1987;

- participou como "Expert" no grupo de estudos "Sistemas de Auxílio a Gestão da Manutenção Rodoviária", em Paris - França, e promovido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em fevereiro de 1990;

- participou de um grupo de estudos, com objetivo de elaborar um Projeto Piloto de Gerenciamento da Conservação Rodoviária, em abril de 1993;

- participou da 3ª Conferência Internacional sobre gerência de Pavimentos realizada em USA/Texas - San Antonio, em maio de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, mais uma vez sente-se honrada em receber os senhores e senhoras professores aqui nesta Casa, nós que já tivemos a oportunidade de conversar com muitos de vocês na manhã de hoje, e ratificamos aqui nesta sessão plenária de que esta Casa tem como norma abrir ou escancarar as portas para todos aqueles que queiram, de maneira ordenada, fazer desta Casa uma caixa de ressonância.

Ninguém abre caminhos fechando portas e por essa razão abrimos sempre as portas da nossa Casa. Sejam pois, bem-vindos, e desde já colocamos à disposição dos senhores todos os mecanismos possíveis, para que possamos, ordenadamente, dar um avanço nestas questões.

A Assembléia Legislativa, dentre muitas das suas Comissões Permanentes, tem a Comissão de Educação que tem se mostrado muito sensível e não podia ser diferente à questão dos professores; de igual maneira a Mesa Executiva da Casa e a Liderança do Governo que a todo instante têm estado em contato com os senhores.

Portanto, sejam bem-vindos sempre a esta Casa. É uma pena que não possamos acomodar a todos, mas vocês estão em Casa.

Quero passar a palavra, no Pequeno Expediente, ao professor Romeu Miranda.

O PROFESSOR ROMEU MIRANDA

Senhor presidente, deputado Nelson Justus, senhores deputados, deputado Líder das Oposições, Irineu Colombo, deputado Líder do Governo, Valdir Rossoni, a todos obrigado por receber os educadores do Paraná aqui hoje, e conceder este espaço para que, em nome de todos os educadores do Paraná, eu pudesse e possa expressar a nossa angústia.

Esta é uma pequena representação de professores e funcionários hoje aqui de Curitiba e região metropolitana, mas, estejam certos que o Paraná inteiro está de olho neste dia, na Assembléia Legislativa. Estamos vindo aqui na esperança de que os deputados compreendam a nossa luta e se incorporem a ela, e nos ajudem a fazer esta travessia, porque esta não é uma causa que interesse à Situação ou à Oposição, nem a este ou àquele Partido.

Por isso, ousamos trazer para esta Casa este problema que se arrasta já há tantos dias, na esperança de uma

interferência positiva na solução dos conflitos, deste conflito em especial. Queremos voltar ao que sabemos e gostamos de fazer, que é ensinar e trabalhar na educação. Isto não acontece com a rapidez que desejaríamos, pela intransigência do governo em não apresentar propostas concretas sobre salários, sobre hora-atividade, sobre um mísero vale-alimentação para os funcionários, sobre aprovação do nosso plano de cargos que está na Assembleia há quase dois anos.

A secretária de Educação Alcione Saliba, repete uma cantilena enfadonha de que não há recursos. Ela ouve isto e transmite, como um papagaio, sem fazer a sua função que é refletir sobre as reais condições da escola pública, que vive, hoje, dias de agrura. A secretária e o governo dizem à exaustão que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite, que não há dinheiro. Ora, nós somos educadores e sabemos onde reside a questão. O problema não é legal e o problema não é de uma operação aritmética, não é de falta de recursos, não é sequer uma questão econômica. A questão é política, e por ser uma questão de opção política é que trazemos para cá, para esta Casa, que tem que fazer política. Me espanta, às vezes, ver, ouvir de alguns deputados que não tem dinheiro, não tem recursos. Deixem isto para os técnicos, deixem isso para o secretário da Fazenda. Esta é uma Casa onde a política tem que ser feita da forma mais nobre. E a educação é uma questão de opção política. Se a situação é precária, ela tem que ser precária para todo mundo. Não tem sido assim. Para alguns a situação é sempre cor-de-rosa. Quando o governador fez a opção política, insisto, por industrializar o Estado trazendo montadoras, não pensou na dificuldade econômica para abrir mão de cerca de 120 milhões de reais para as montadoras, isto é, dinheiro que as montadoras deviam em 99 e deixaram de recolher aos cofres públicos, como bem diz o balanço da Renault.

Também fez uma opção política clara e evidente o governador, quando optou em pagar o ano passado, em 99, 279 milhões aos banqueiros nacionais e internacionais. Também fez uma opção política o governador, ao fazer um convênio com o Conselho Britânico para treinar os nossos professores de inglês, desde lá a Inglaterra, à distância, quando aqui no Estado nós temos 5 universidades estaduais e uma federal que poderiam, quase que a custo zero, fazer a capacitação, o treinamento dos nossos professores, e se faz a opção pelo Conselho Britânico.

Também é uma opção política destinar cerca de 90 milhões para cargos em comissão. Também é uma opção política nomear inspetores de educação, quando as inspetorias já foram extintas no governo de José Richa. Onde estão esses inspetores?

Este elenco de questões e tantas outras indica que há recursos; o que não há é uma vontade política de carrear os recursos para a educação.

O governo, portanto, pode e deve, ao mesmo tempo que faz opção política, que não discute aqui, certo ou errado; é uma opção política de trazer indústrias para

o Estado, ele também pode fazer uma opção política estratégica pela educação e depois então vamos ver de onde alocamos os recursos, é assim que se faz, é assim que se toma a direção da economia, quando na frente da economia e na frente dos números está a vontade dos governantes.

E por isso nós todos aqui apelamos hoje, que é preciso que o governador intervenha rapidamente nesta questão, porque hoje nós temos o consenso de toda sociedade paranaense, temos o consenso de todos os pais, de todos os alunos, sem contar com a enorme adesão de todas as escolas que dia a dia vêm aderindo a um movimento cada vez mais crescente, e sabem por quê esta adesão de toda sociedade? Porque a sociedade já fez a sua opção, a sociedade paranaense fez antes do governador a opção, a opção por educação dos seus filhos, ou educação ou barbárie, é essa opção que de um modo ou de outro a sociedade faz quando nos apóia, porque ela sabe que o único caminho para muitos dos seus filhos é uma escola pública de qualidade, mas que escola pública de qualidade nós podemos ofertar a milhares de cidadãos quando nós vemos diariamente professores morrendo, literalmente morrendo, não uso aqui uma retórica de efeito, professores que morrem, funcionários que morrem sem nenhum atendimento médico, porque o governo do Estado ao não pagar os hospitais, estes negam qualquer atendimento a nós. Como é que podemos voltar ao trabalho vendo os nossos funcionários, aqueles que preparam a escola para nós, as merendeiras, cantineiras, zeladoras, porteiros, bibliotecários, comendo o que sobra da merenda dos alunos, indo para a escola porque os demais fazem uma vaquinha para pagar o transporte? Como é que podemos voltar à condição anterior, trabalhar sem nenhuma perspectiva de reposição dos nossos salários já corroídos em 41% só nos últimos 5 anos?

A secretária repete uma cantilena aritmética de que nós tivemos tanto de reajuste, nossa média salarial tal e qual, quando na verdade nenhum de nós iria a uma greve se a situação fosse tão boa como apregoa o governo pelos meios de comunicação, a peso de ouro. Se há essa adesão e essa força é porque todos estamos com a alma muito ferida e com as condições de sobrevivência quase que a ponto zero. Não estamos intransigentes, estamos abertos a uma negociação. Se não é quarenta e um é quanto? E se é já, é quando? Aí discutiremos, mas, o que não podemos é ficar o tempo todo indo para reuniões que a secretária Alcione Saliba chama para dizer o que já disse na reunião passada.

O governo fez uma infeliz escolha quando foi buscar lá em Brasília uma tecnocrata, vinda do Banco Mundial, para conduzir algo tão especial para nós e para o nosso povo que é a educação dos nossos filhos, das nossas crianças.

(Aplausos)

E quanto mais o governo insistir em manter essa secretária, pior fica a situação, porque ela mais cria conflitos e ojeriza do que prepara um caminho de entendi-

mento, principalmente porque o governo pôs uma negociadora que não entende o seu ofício, não entende de educação, não conhece...

(Aplausos)

A nossa carreira, não conhece as dificuldades da educação, e tudo fica muito mais difícil.

Portanto, fizemos aqui, trazemos um apelo a todos os deputados que agilizem uma comissão que possa dirigir-se ainda hoje ao governador do Estado, dizendo que nós queremos fazer o que a sociedade nos confiou: ensinar mas não podemos se cuidamos de milhares e milhares de crianças, menos das nossas que ficam jogadas em casa e quando voltamos do trabalho, não tem um minuto de atenção a elas, porque temos uma jornada brutal.

Depois das 40, 30 ou 60 horas em sala de aula, ainda nos resta uma jornada triplicada de trabalho em casa, trabalho escravo.

Por isso renovo o apelo para que tenhamos uma solução breve. Se o governo apostar que a greve vai se esmorecer pelo tempo, fará uma opção equivocada, porque a cada dia a greve cresce mais. Só estamos apelado para um entendimento rápido porque temos interesse em voltar rapidamente para aquilo que fazemos com gosto e gostamos de fazer, que é ensinar as nossas crianças.

(Aplausos)

Eu quero deixar claro, pois, que basta que o governo abandone esse lodaçal de debate numérico. Não queremos travar uma batalha de números nem uma batalha verbal: queremos conversar com dignidade. Se o governo conversa com as montadoras, se o governo conversa com os banqueiros, pode conversar com os educadores do Paraná.

(Aplausos)

Com dignidade, porque ele poderia, perfeitamente, ter se dirigido aos banqueiros e dito: “olha, estamos com dificuldades, a lei não sei qual nos proíbe. Então, vamos dividir esta dívida”. Não foi isso que foi feito. Foi pago no *cash*, 279 milhões de dólares aos banqueiros internacionais. Para eles não há problemas, só para nós é que há. Isso é que nós não aceitamos.

E por último repetir uma frase de Paulo Freire, que para nós é um exemplo e que possa iluminar, inclusive este Parlamento: “Se a educação não resolve tudo, sem educação não se resolve nada”.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

Esta Presidência lembra, comunica, aos senhores deputados que temos 06 oradores inscritos no Pequeno Expediente e dois oradores inscritos no Grande Expediente.

Por essa razão, esta Presidência será rígida no que diz respeito ao horário de cada deputado. Cinco minutos

para o Pequeno Expediente e trinta para o Grande Expediente. Com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, deputado Nelson Justus, senhores deputados, senhora deputada Serafina Carrilho, caro amigo Romeu, presidente da Associação dos Professores do Estado do Paraná, caros professores aqui presentes, funcionários, estudantes da Escola Pública do Paraná.

Acho que a tarde de hoje talvez seja um momento importante da vida deste parlamento, contando com a presença dos senhores, para que façamos uma reflexão sobre os rumos do Estado do Paraná.

Me preocupa muito quando o governo do Estado do Paraná, nestes últimos anos, tomou alguns caminhos que me parece não sejam os caminhos que nenhum governo deve tomar. Nos últimos anos o governo do Estado, ao estar alinhado com o governo de Fernando Henrique Cardoso, com o governo federal, tem desenvolvido uma justificativa de que o governo, aquilo que fala em nome da população, em nome do povo, e, quando falamos que o governo deve falar em nome do povo não é simplesmente a soma dos interesses de algumas pessoas ou algumas regiões, mas o Estado deve encarnar os interesses do conjunto das pessoas fora do tempo, das pessoas que existem e estão vivendo concretamente o dia a dia hoje e das pessoas que vão existir daqui há dez ou quinze anos. O Estado tem que ser este ente que se preocupe com aquilo que chamamos vulgarmente de coletividade, e, para isso, em nome da coletividade, é que durante muitos anos da história da humanidade conseguimos construir para nós mesmos um convencimento de que a melhor forma dos seres humanos se relacionarem e administrarem seus conflitos é de que organize uma entidade que interprete a vontade coletiva. E, quando interpreta a vontade coletiva, com o esforço que todo mundo faz, através dos impostos, o governo do Estado estabelece aquilo que chamamos de direitos coletivos. E, por direitos coletivos entendemos aquilo que seja de direito público.

Quando falamos público estamos falando não das pessoas que não podem pagar, não das pessoas que não têm dinheiro apenas, não das pessoas que não têm posses; quando falamos público falamos daquilo que é de interesse de todos nós daqui para frente e daqueles que vão nascer, sejam ricos e sejam pobres. Queremos que a sociedade possa organizar as ruas, aonde as pessoas que tenham posse possam andar com a mesma dignidade das pessoas que tenham menos posse, as praças também possam ser freqüentadas pelo meu filho, deputado Nelson Justus, pelo seu filho e também pelo filho do trabalhador da Volvo, pelo trabalhador de qualquer metalúrgica, por qualquer um. Quando falo “público” eu falo com este interesse, com esta noção de direito.

E o governo, por ironia do destino, vejam só, o Jaime já está no segundo mandato, o FHC já está no segundo mandato, argumentou para a sociedade que teria

que privatizar, isto é, entregar à iniciativa privada, e quando entregamos algo para a iniciativa privada, que era público, estamos dizendo o seguinte: “olha, agora a sociedade não tem mais direito, quem tem direito é só a iniciativa privada, nisto aqui não podemos mais mexer, nem Assembléia Legislativa pode mexer, nem Tribunal de Contas pode mexer”.

O governo disse o seguinte: precisamos privatizar as estradas, precisamos privatizar as empresas, precisamos privatizar o sistema de telefonia, precisamos privatizar os portos e foram privatizando, privatizando ... com o seguinte argumento, de justificativa para a sociedade: primeiro, o governo não tem dinheiro para financiar estes investimentos; e segundo, o governo precisa dedicar-se àquilo que é...

(Utilizando o Horário destinado à Liderança do PT) ... prioritário à vida humana.

Prioritário à vida humana, o governo sempre diz e continua dizendo, é segurança, saúde e educação.

Vamos ver, senhor presidente, no Estado do Paraná. O governador, infelizmente, seguiu ao pé da letra a primeira parte. Privatizou as estradas, privatizou o Porto de Paranaguá. Privatizou a Copel, um patrimônio de 5 bilhões, endividou o Estado, com o Banestado, em 5 bilhões de reais. O Estado do Paraná paga 30 bilhões por mês, durante 30 anos, por causa da dívida do Banco do Estado, e agora vai vendê-lo por 400 a 500 milhões de reais no mês de setembro, está aí o Reynhold Stephanes falando.

O governo, nestes 5 ou 6 anos, fez isso. Não construiu nada. Nada do ponto de vista prioritário para a sociedade paranaense. Vamos ver na educação, na segurança e na saúde. Na segurança eu não vou falar, porque neste momento é importante que nos atenhamos à questão da educação. Mas, segurança, os senhores estão sabendo como é que está, já há um consenso de que não há segurança. E pior que isso, instituições como a Polícia Civil do Estado do Paraná participam organizadamente do crime no nosso Estado.

Na educação, talvez a única coisa que o governo fez foi um curso para capacitar profissionalmente os professores do Estado do Paraná, num lugar muito bonito chamado Faxinal do Céu. Contratou um professor que é um filósofo, amante do teatro, amante da filosofia e da psicologia, lá do Rio de Janeiro, amigo do governador Jaime Lerner, para ensinar os professores e funcionários da escola pública paranaense, de que ser feliz é algo que cada um de nós pode. É só se convencer de que pode ser feliz. Então, nos ensinou a dançar, a se abraçar, a falar sobre teatro, sobre música...

(Aplausos)

... e dizer o seguinte: que todos nós, em cada curso que foi dado, que custou 10 milhões de reais, no total, que saíssemos dali com a convicção interior, de cada um de nós: “eu sou feliz, eu posso ser feliz, eu sou feliz, eu posso ser feliz, eu sou feliz, eu posso ser feliz”...

(Aplausos)

...como se o resto - é verdade, foi isso o que aconteceu, os senhores e as senhoras lá estiveram -, da realidade, não importasse. Isso é até uma filosofia que prega, não sei o quê, tudo bem, tem filosofia que pode pregar o que bem entender, as religiões também podem apregoar isso.

Vejam bem: sou daqueles que acredita que a felicidade, senhor presidente, vou construir com base na realidade. A realidade que tenho é da minha relação pessoal com as pessoas e o mundo em que vivo, no meu mundo do trabalho, no meu mundo do lazer e no meu mundo do cotidiano, da minha vida pessoal. A minha felicidade está diretamente relacionada com o que consigo estabelecer de concreto com a vida das pessoas. E vou conhecer a mim mesmo, desde que eu tenha capacidade, conhecimento, intelecto para me abrir e conhecer o outro. Quando eu conheço o outro mais profundamente, vou conhecer a mim mesmo com mais profundidade. É esta a história da humanidade. Não vai ser outra. Vamos aperfeiçoar nossa consciência, nossa visão de homem, de mundo, através do nosso conhecimento do Universo e do nosso relacionamento pessoal. Não de se convencer a si próprio que, “sou feliz, sou feliz, sou feliz”.

Esta foi a única obra do governador Jaime Lerner na área da educação, porque, se não vejamos, os salários congelados do ponto de vista profissional a categoria está completamente desamparada do ponto de vista do aperfeiçoamento. Pior ainda, o governo fez o maior crime que poderia ter cometido aos professores, ao magistério, ao plano de cargos e salários, ao estatuto do Magistério, a nova LDB que foi aprovada depois de muita luta no Congresso Nacional, o governo do Estado do Paraná fez o maior crime porque soterrou para a eternidade o plano de cargos e salários dos professores do Estado do Paraná ao aprovar, infelizmente nesta Casa, aquilo que chamamos de Paranáeducação, porque nunca mais, nunca mais, nunca mais, vejamos bem, pela ótica do governo que infelizmente não pensa no público, não pensa no perene, não pensa no daqui há 10 anos, não tem estes compromissos, nunca mais haverá concurso público dos quais nós conhecemos, com a garantia da estabilidade no emprego, com plano de cargos, com plano de ascensão profissional para os servidores na área da educação.

Voltamos, senhor presidente, com a aprovação dessa empresa no Estado do Paraná, nós voltamos há 50 anos atrás aonde que o vereador, o delegado de Polícia, pessoa influente na sociedade, e quem são as pessoas influentes na sociedade? São aquelas que detêm o poder econômico vão poder, ao passar do tempo, começar a indicar as pessoas que vão trabalhar no Paranáeducação e quem não fizer campanha política, porque o poder econômico precisa ter o controle político da sociedade e precisa ter o controle político daquilo que se forma na sociedade, vai exercer a sua função de dominação da sociedade. Nós sabemos que era assim há 50 anos e o governador Jaime Lerner fez o Estado do Paraná voltar

100 anos atrás ao aprovar o Paranáeducação. Mais do que isto, mais do isto.

É mais grave ainda porque quando se trata de coletivo, quando se trata de função do governo, quando se trata do interesse de todos e não do interesse apenas de alguns, porque na iniciativa privada o que prevalece é o interesse de alguns, e nós precisamos ter normas, precisamos ter o Estado, o governo, que possa interpretar não a soma de interesse de alguns que vivem em guerra, porque vivemos numa sociedade capitalista, apartada em classes, aonde milhares são excluídos cotidianamente dos direitos civis, dos direitos de cultura, do direito de educação, dos direitos econômicos. Nós precisamos ter um governo que interprete o interesse coletivo no presente e aponte perspectivas de aperfeiçoamento para o futuro. O Paranáeducação, a Assembléia Legislativa, ele lida com dinheiro público, é o dinheiro dos contribuintes que está depositado no Paranáeducação. E pasmem os senhores, nós da Assembléia, que somos eleitos pela maioria do povo, pelo mandato popular, da população participando do direito democrático, não temos o direito de sequer saber quanto dinheiro o governo está gastando no Paranáeducação. Nos é negado este direito.

Pior, pior, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, veja que aberração jurídica, está a beira de pedir uma ação civil pública junto ao Ministério Público do Estado do Paraná para que o Paranáeducação forneça os dados gastos. Não vão mais prestar contas a ninguém, como não prestaram contas aos professores, à educação, à escola pública, também não querem prestar contas agora dos gastos financeiros.

Como se isto não bastasse, vejo que o governo do Estado do Paraná age mal e muito mal, e eu não tenho, infelizmente, infelizmente digo porque sempre gosto de ter uma ilusão naquilo que ainda pode ser bom em quer que seja, hoje já não tenho mais nenhuma ilusão neste governo, porque vi que na última sexta-feira, ainda renitente, ainda como disse o professor Romeu, um governo que é ágil, que é criativo ao atender o telefone, ao receber no Palácio todos os empresários da Volvo, da Renault, da Nissan, todos os empresários de qualquer empresa, qualquer banqueiro, não foi capaz de fazer uma negociação sobre a hora-atividade com os professores nesses últimos cinco anos, e vem dizer para o povo do Paraná que prioriza a educação, publicou agora na sexta-feira: “investimentos comprovam no Paraná que educação é prioridade”, e fotografam uma sala de aula, senhor presidente, uma professora e quatro alunos ali na frente da carteira, pagando com dinheiro público essa propaganda. Propaganda enganosa, mentirosa, que não tem mais a ver com o século que estamos vivendo, com o signo da modernidade, da busca da verdade entre nós.

O Brasil não aguenta mais viver da mentira, da mímica do dever, das pessoas se enganando sistematicamente e das instituições públicas: Câmara dos Vereadores, Assembléia Legislativa, Poder Executivo, Tribunais de Justiça enganando o conjunto do nosso

povo. Será que os governantes não estão percebendo o que está acontecendo nas ruas, não está assistindo televisão, o jornal das oito, o jornal das sete, não está vendo que o Brasil está clamando por um outro momento da sua história, que entenda a radicalidade, a necessidade deste governo investir no social?

Vejam o que diz essa propaganda e que o salário dos professores do Estado do Paraná de vinte horas aula passou para 754 reais. É uma profunda mentira, os contra-cheque dos professores estão aqui para testemunhar.

Digo isso, senhor presidente, com convicção, porque a minha mulher é funcionária pública e dá aula na escola pública do Estado do Paraná, lá no Bairro Alto.

Então, o governo tem que pôr a mão na cabeça e dizer o seguinte: “se há uma prioridade”, o Jaime que volte atrás, que repense a sua vida um pouco, “essa prioridade tem que ser as crianças, tem que ser a educação”, e sobretudo, mande uma Mensagem para a Assembléia revogando de forma definitiva o Paranáeducação do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, nobres pares deputados, senhoras e senhores.

No dia 12 de abril, tivemos a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito de Combate à Sonegação Fiscal, a adulteração de combustíveis no Estado do Paraná, a prática do dumping e também a cartelização do setor. Portanto, pouco menos de cinquenta dias.

Senhor presidente e senhores deputados, nesse espaço de tempo, confesso que comecei a me integrar e a tomar conhecimento do setor, haja vista que não tenho vinculações com o setor de combustível, não tenho vinculação alguma, e desconhecia essa prática hedionda que se tem no Estado do Paraná, exceto alguns estudos no campo teórico que vinha já fazendo há mais de 180 dias, ao lado do deputado Tony Garcia. Mas estive somente no campo da teoria e num trabalho mais teórico de análise de documentos.

Quando iniciamos, graças à decisão do Plenário desta Casa, a Comissão Parlamentar de Inquérito, começamos a nos debruçar inicialmente sobre quatro pontos que norteiam a CPI, bem definidos: a adulteração de combustível, a sonegação fiscal, coibir a prática do dumping e também a cartelização. E, ao longo desses trabalhos, sempre sistematizando os trabalhos com os senhores deputados, desde o início tratamos de nos cercar de todos os cuidados e de todas as cautelas, para que não incorrêssemos a nenhum tipo de risco e em nenhum tipo de erro. Haja vista que o setor é um dos mais poderosos e fortes, economicamente, neste País. Um verdadeiro monopólio concentrado nas mãos de poucos grupos

econômicos. Por isso mesmo, por decisão unânime dos senhores deputados, estivemos no Ministério Público, na Procuradoria Geral da Justiça, conversamos com o senhor Marcos, o procurador-geral - e pedimos que todos os atos da Comissão parlamentar de Inquérito, de adulteração dos combustíveis, fosse acompanhada pelo Ministério Público.

Pois bem, todos os trabalhos da CPI estão sendo acompanhados pelo Ministério de Justiça, inclusive os trabalhos internos e os externos, dando uma transparência absoluta.

Além disso, senhor presidente, fomos buscar o apoio do Procon, do Tecpar, é um instituto que faz realmente os exames de laboratório - do Ipem, dos senhores deputados, da Secretaria de Segurança Pública e, depois, de todos esses organismos envolvidos, partimos em busca daqueles que praticam a adulteração de combustível no Estado do Paraná, que usam a prática do dumping, a da cartelização e também a da sonegação fiscal.

Tivemos uma parceria, que faço aqui um registro e o agradecimento público, ao secretário da Fazenda, doutor Giovani, ao diretor da Receita, o Lucena, e aos demais fiscais que estão acompanhando todos os atos da CPI, constantemente. Aliás, muito do sucesso da CPI deve-se também a essa parceria com os organismos do governo do Estado. Abrimos o Disque Denúncia e começamos a receber as denúncias, que vinham e que aparecem de todo o Estado do Paraná.

Pasmem os senhores deputados, as senhoras e os senhores presentes, de todas as denúncias feitas à CPI até o presente momento, todas foram investigadas e todas nos levam a uma realidade triste: o setor concentra um poder econômico violento, mas que também tem um grande número de pessoas que praticam ilícitos criminais e penais, que poderíamos dizer, em verdadeira formação de bando de quadrilha, para adulterar combustível no Estado do Paraná, para prejudicar o consumidor e, sobretudo, para lesar os cofres públicos do Estado do Paraná, trazendo prejuízos.

Em alguns de nossos trabalhos, detectamos e lacramos bases clandestinas de distribuidoras, revendedores, postos de gasolina, que trabalhavam sem documentação fiscal, postos que adulteraram o combustível, mancomunados com algumas pessoas e empresas, que realmente chega a assustar, porque não é um trabalho individual, não é apenas o dono do posto de gasolina lá na ponta, que adultera o produto, adicionando álcool, em razão de comprar muitas vezes o álcool direto da destilaria, sem a documentação fiscal e sem a nota fiscal. Se tudo isso fosse a sonegação e se tudo isso fosse a adulteração, seria de fácil combate, porque o álcool é facilmente detectado quando está em excesso, acima de 24% do teor da gasolina.

Senhor presidente, o banditismo acontece deslavadamente quando temos a adição de solventes. Vejam os senhores, temos aqui um laudo, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas que diz - para os senhores terem uma idéia

da dificuldade que é detectar o solvente na gasolina e que muitos dos consumidores do Paraná acabam comprando gasolina, comprando solventes, com características de gasolina, danificando o motor do seu carro, o sistema de carburação, pagando um preço caro, pensando que está colocando um produto de qualidade. Vejam algumas amostras: amostra 02 - este é o laudo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas: amostras com características muito próximas da gasolina A, porém com uma octanagem muito inferior. Estamos falando do solvente.

Amostra nº 2 - caracterizada como gasolina C, inclusive com a presença de 23,4% de álcool, a octanagem apresentou 79,1% enquanto que a ANP especifica 80%. vejam só, é quase um produto como gasolina, na porcentagem do álcool, na porcentagem da octanagem, praticamente, só que se trata de solvente.

Amostra nº 5 - solvente leve que pode ser adicionado à gasolina sem comprometer as suas características, dependendo da proporção.

Amostra nº 6 - solvente que se situa entre gasolina e óleo diesel.

Amostra nº 7 - caracterizada como gasolina C com a presença de 22% de álcool etílico.

Concedo o aparte ao deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada

Estamos no Horário da Liderança, se fosse no Pequeno Expediente não daria, mas como estamos no Horário das Lideranças me permito solicitar o aparte a Vossa Excelência.

Deputado Durval Amaral, há poucos dias estive nesta tribuna, ressaltando a relevância do trabalho que a CPI criada para apurar a dupla ação, a fraude na produção, consumo, distribuição do combustível, no Estado do Paraná, e estava chamando a atenção desta Casa justamente para a importância dos trabalhos que esta CPI está fazendo.

É bem verdade que, no momento em que foram instaladas as CPI's, houve um descrédito, pelo menos uma tentativa de desacreditar as CPI's como um todo, mas elas estão cumprindo os seus papéis, e particularmente esta CPI está investigando em profundidade esse problema sério que ocorre a nível nacional, mas que ocorre com muita intensidade aqui no Estado do Paraná.

Deputado Durval Amaral, como Vossa Excelência sabe, eu estive aqui durante 14 meses à frente da Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor, e lá nos registros do Procon, do Ipem, nos assustamos inclusive com o grau de gravidade deste problema de adulteração de combustível no Estado do Paraná. problemas seriíssimos para a sociedade, como um todo! Problemas na área do meio ambiente porque o produto químico que está sendo consumido como se fosse gasolina, polui o meio ambiente, além de, naturalmente, danificar o motor. Problemas para o consumidor que compra um produto que deveria ter um rendimento "x", acaba tendo um rendimento muito menor pelo produto comprado pelo mesmo din-

heiro. Problemas de sonegação de impostos, o Paraná perde de arrecadar, todo mês, mais de dez milhões de reais, por sonegação de impostos, em função da fraude, nessa área.

Hoje pela manhã, não conversamos nós ainda, da Comissão, fiquei bastante preocupado com o noticiário dos rádios, inclusive dos jornais a respeito do assassinato de um gerente de um posto combustível que, em princípio, pode ser atribuído a uma queima de arquivo.

Vejam bem, senhores parlamentares, e eu aqui queria me somar às palavras do deputado Durval Amaral, para chamar a atenção não só deste Plenário, mas da sociedade paranaense, para a gravidade do problema que estamos enfrentando com esta CPI. Há quem diga, senhor presidente, que adulterar combustível, atuar na clandestinidade, como está ocorrendo nessa área no Estado do Paraná, dá mais dinheiro do que mexer com droga! Seguramente os volumes de recursos são muito maiores do que mexer com droga. Nós estamos pegando apenas o fio da meada e já começaram a surgir problemas de violência, até daqui a pouco de homicídio, de suicídio, nesta área, exatamente porque estamos mexendo com um verdadeiro vespeiro.

Deputado Durval, Vossa Excelência está conduzindo este trabalho com muita eficiência, com muita competência, mas nós vamos começar a enfrentar muitos problemas daqui para a frente, daí a necessidade de chamarmos a atenção desta Casa e da sociedade para apoiar esse tipo de trabalho, porque ele é muito sério e vai muito além do que imaginávamos.

Parabéns pelo seu trabalho, para que minimizemos esse problema que aflige toda a sociedade paranaense e o governo do Estado com a perda da arrecadação.

Muito obrigado!

O Sr. Ademar Traiano

Quero me somar ao seu pronunciamento e também registrar a eficiência da equipe que vem comandando a CPI dos Combustíveis, apesar da descrença de alguns parlamentares nesta Casa quando da instalação dessas CPI's. É importante que se registre a ação empreendedora e o resultado prático dessas CPI's. E a sociedade paranaense, muito em breve, verá os resultados positivos das ações de todas as CPI's. Já temos conhecimento de quanto o Estado do Paraná ganhou em termos de receita da evasão fiscal que vinha acontecendo por empresários do ramo do combustível.

Aproveito a oportunidade, como relator da CPI dos Supermercados. Temos estado permanentemente trabalhando para proteger o fornecedor, o empresário e o consumidor paranaense. Ainda hoje pela manhã ouvimos três empresários paranaenses. E na mesma direção que a CPI dos Combustíveis está caminhando, a dos Supermercados da mesma forma vem agindo. estamos horrorizados com o que vem acontecendo no Estado do Paraná com a vinda dos grandes grupos econômicos.

Temos que deixar registrado que esses grupos estão cometendo atos lesivos contra a sociedade paranaense. A CPI dos Supermercados está ouvindo o empresariado paranaense e está juntando provas cabais e no momento oportuno a sociedade haverá de saber a ação dessa CPI e muitos resultados trarão no sentido e proteger o nosso empresariado, e acima de tudo, o consumidor. Pelos depoimentos podemos ver que esses grupos praticam um lucro exorbitante. Se tivessem um pouco mais de decência estariam vendendo muito mais, estariam comprando muito mais e o nosso consumidor estaria consumindo muito mais.

Parabéns pela ação de Vossa Excelência e tenha certeza que o Paraná será muito grato pela ação que a CPI presta para o Estado.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL

Obrigado pelos apares.

Num País como o nosso em que adultera, se falsifica remédios, o que diremos então de combustível? O combustível é um prato cheio para os gananciosos que, em busca do lucro fácil, do capitalismo selvagem, partem para a adulteração.

Vamos imaginar que só para a economia do Paraná o setor de combustível, pelo que o Estado arrecada, é mais de 25% da sua receita no setor de combustíveis.

Efetivamente, é um setor gigantesco onde o giro é muito alto e a CPI, no combate forte a adulteração, só nos últimos dias, apreendeu mais de 400 mil litros de solventes, destinados à adulteração de combustível.

Nós apreendemos uma carga com 120 mil litros de solventes e quatro carretas, em que a nota fiscal era de álcool etílico, designado a uma fábrica de bebidas.

Graças aos agentes fiscais envolvidos no trabalho da CPI, que estão acompanhando a CPI, desconfiaram que esta carga de álcool pudesse estar vindo do Rio Grande do Sul, para o Estado de São Paulo, para uma fábrica de bebidas.

Até porque São Paulo é um grande produtor de álcool. Mandaram o caminhão parar e efetivamente desconfiaram da carga, entraram em contato comigo, pedi para que o Tecpar fosse fazer o exame de laboratório. O Tecpar foi taxativo em afirmar que aquele produtor, em hipótese alguma, era álcool.

Claro, a conclusão que chegamos é que se trata de solvente. Agora, nenhuma indústria de pequeno porte usaria 120 mil litros de solvente para fabricar cachaça, só se fosse efetivamente para matar os seus clientes.

Efetivamente o produto é destinado, sai de várias regiões do País, sai do Paraná, é um passeio apenas de nota fiscal, falsificado adulterado, sai de Santa Catarina, sai do Rio Grande do Sul e o destino agora no momento, é Paulínea, é Campinas, onde nós temos uma Refinaria de Petróleo, onde distribuidoras agem efetivamente, também, além do benefício, amparados por liminares, que estão neste momento isentas, o Pis-Confins, não satisfi-

tas com 8% de lucro que, amparados que estão por Atos Judiciais, através de liminares algumas distribuidoras também se valem do artifício da adulteração para prostituir o mercado e o setor.

Como a CPI está agindo forte, com muito rigor no Estado do Paraná.

Fica aqui registrada a primeira parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque pude narrar aqui somente os trabalhos voltados no combate à adulteração do combustível. Existe toda uma cadeia, toda uma ramificação, que já está toda ela planilhada pela Comissão Parlamentar de Inquérito; já identificamos as pessoas, as pessoas, as empresas e vamos continuar firme neste combate.

Em outra oportunidade narrarei os trabalhos desenvolvidos pela CPI no combate à sonegação, na prática do “dumping”. Efetivamente algumas distribuidoras, enquanto paga no produto, na refinaria, 1.08 centavos, a i real e 10 centavos, acabam vendendo a 1.01 a 1.03, para eliminar da concorrência o empresariado paranaense.

Algumas empresas estão estabelecidas há mais de 50 anos e estão sendo descartadas por grandes distribuidoras, por grandes empresas.

Muito obrigado à sua atenção, à dos senhores deputados e aos senhores da platéia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Irineu Colombo.

Pela Ordem, com a palavra o deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Apenas para justificar a nossa ausência no Plenário a partir deste momento, junto com os deputados Tiago Amarin, Algaci Tulio, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Chico Noroeste e Baratter, que iremos até Araucária para desenvolver o trabalho do crime organizado naquela cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados, queridos professores, trabalhadores na educação, funcionários de escola.

Venho manifestar, em nome do Bloco de Oposição, que congrega o PT, o PMDB e o deputado José Maria do PSDB. O Estado do Paraná passa por um momento muito crítico nas diversas esferas administrativas, mas sobretudo, na área educacional. Tivemos uma proposta administrativa da área de educação, que prioriza e priorizou muito mais a economia do dinheiro público, diminuindo a oferta da educação, do que propriamente um programa

de governo que oferecesse uma educação de qualidade e abundante para todos os paranaenses.

A prova disso é que a atual secretária de Educação, que vem de Brasília, assessora do Banco Mundial, desconhecadora completa da construção histórica do nosso Estado, sem relações política com o Estado do Paraná e sem compromisso afetivo com o povo paranaense, nas várias intervenções, fala no custo/aluno, que temos que encher as salas de aula com 50 alunos para economizar dinheiro, que temos que formatar um processo educativo que leve em consideração a economia de dinheiro, que se gaste menos em educação.

Portanto, não está fazendo discurso de oferta de educação, um discurso de economizar pela educação.

Quais são as iniciativas administrativas tomadas neste sentido? Primeiro, a criação de um programa que aparentemente era um programa de reformulação do ensino médio no Paraná, chamado Proem. Apresentou-se o projeto de reformulação do ensino de 2º grau, veio o dinheiro do Banco Mundial, internalizou esse dinheiro. O que é que fizeram, imediatamente? Acabaram com as aulas de pedagogia, de didática, de contabilidade, de matemática financeira. Portanto, em dois anos esses professores foram excluídos das horas/aula, pagando menos a esses professores, e com a promessa aos diretores, que assinaram muitos deles a adesão ao programa, de fazer investimentos físicos na escola, como um negócio muito atrativo. O que fizeram? Belos portões de entrada em alguns colégios estaduais, nem todos, mas naquele que fizeram, belos portões ao estilo arquitetônico do governador, e foi só. O ensino profissionalizante acabou, começaram a economia de recursos nesse setor e fizeram uma demonstração, aparente, da imagem da escola de modernidade.

Passo seguinte: cria-se Faxinal do Céu, que foi relatada muito bem pelo deputado Ângelo Vanhoni, no sentido de acalmar os senhores professores, sobretudo os senhores diretores, que era uma forma de eles irem à escola acalmar os professores de todo o Estado do Paraná, até passar a reeleição do governador. O governador teve sucesso nisso.

Concomitantemente, lançou um programa no Estado do Paraná para que em todos os rincões do Estado tivéssemos núcleos avançados supletivos, mais seis e tantas outras nomenclaturas, que era uma verdadeira distribuição de certificados de 1º e 2º graus no Estado do Paraná. Pauperizou o ensino e certificação em massa. Prova disso: a repórter da Gazeta do Povo, com uma identidade falsa, em 45 dias, teve diploma na mão de 1º grau, e em 72 horas depois o diploma de 2º grau, permitidos com o certificado.

Então, comprovou-se aí que havia uma distribuição em massa de certificados, portanto se se distribui certificação, há uma ilusão de escolaridade, o jovem não vai à escola, você economiza, ele não vai à escola pressionar por vagas, por carteira, por livro, por professor; economiza neste aspecto.

Economiza também na medida que propõe uma proposta revolucionária, que está colocado lá na LDB, com uma proposta pedagogicamente bem colocada, mas no Paraná foi feita uma barbaridade, que é a aceleração da aprendizagem, que aqui ganhou o nome de fluxo, correção de fluxo, “que deveria ser um negócio para ginecologista”, mas aqui no Paraná, enfim... aqui no Paraná, aceleração de aprendizagem que é um processo de colocar uma sala especial com professor bem treinado, com material didático apropriado, com intensividade na relação professor-aluno, foi ao contrário, foi um processo, estudam na sala separada o professor se vira aí, o aluno entra na 5ª série, tem dificuldade de passar; já mete ele no certificado, coloca na 8ª série, você economiza professor na sexta e sétima séries; mais uma economia.

Portanto, estamos vivendo, senhor presidente, senhores deputados, 30% a menos de alunos com demanda financeira no Estado do Paraná; caiu 30% a menos o custo de investimento de toda a estrutura educacional no Paraná com todas essas demandas que acabei de citar, com Proen, com correção de fluxo, mais etc.

E o governo diz que não tem dinheiro para dar um reajuste aos professores, então estou provando aqui pelas ações administrativas, que há uma diminuição na oferta do serviço público de ensino na educação ao povo do Paraná, e há uma economia violenta de recursos na Secretaria de Estado da Educação.

Então, tem dinheiro, sim, para pagar os professores, tem dinheiro, sim, para pagar os 41% exigidos.

Por outro lado, a senhora secretária esteve a um tempo atrás, no município de Toledo, num debate com os professores locais, que havia afirmado, indagado num determinado momento sobre o dinheiro do Fundef, que todas as contas do Fundef estavam ok, tinha este dinheiro e que havia sido aprovado pelo Conselho do Fundef. Há questão de 10 dias atrás tivemos a primeira reunião do Fundef, a secretária mentiu em Toledo, desvairadamente, desprestigiando a boa fé do povo paranaense porque ela não tem, como já falei, afetividade com esse povo.

Na reunião do Fundef, acompanhado pelos representantes CLT e da APP, ficou claro que vinha o dinheiro carimbado do governo federal, retido, e depois vem carimbado para gastar especificamente no ensino fundamental, foi colocado em conta única, e segundo informações da própria secretária, somou 13 milhões de reais, isso é uma irregularidade tremenda, porque não pode sobrar 13 milhões de reais, porque o recurso Fundef, vem a conta do Banco do Brasil, é calculado por aluno matriculado, se sobrou é uma irregularidade, e mesmo sendo irregularidade está sobrando dinheiro, pague o aumento para os professores, pague os 41% que os professores estão reivindicando.

Senhor presidente, senhores deputados, nesta Assembleia não faltou em nenhum momento, com iniciativa, senhores professores, dos vários deputados que estão aqui, da Bancada de Situação, da Bancada de Oposição, iniciativas legislativas em todos os sentidos

para apoiar a educação, vários projetos, tem projeto na pauta, se não me engano, do deputado Ângelo Vanhoni, com relação à filosofia, tem um projeto do deputado José Maria Ferreira e tantos outros deputados que tratam do salário-educação, que tratam do transporte escolar, do currículo, que tratam da lei de sistema de educação no Estado do Paraná. Iniciativa desses deputados todos que estão aqui, 54 deputados não faltam com relação à modernização do ensino do Paraná. E bem debatidos, bem discutidos: chama a APP, chama a Associação, chama a secretária, todos são convidados para participar de debates. Amanhã, inclusive, aproveito para convidar, teremos debates às 10 horas da manhã sobre os professores que fizeram profissionalização e não ganharam a certificação da Secretaria.

Então, três aspectos finais, senhor presidente, quero abordar nesse momento. Também estão economizando na medida em que entusiasma os professores a fazer cursos de especialização e não estão incorporando no PG7 para pagar o curso que fizeram...

(Aplausos)

...economizando dinheiro nesse aspecto.

Com relação ao projeto de um Programa Estadual de Transporte Escolar do deputado José Maria Ferreira e também do projeto dele que trata a distribuição do salário-educação.

A Secretaria de Estado da Educação fica com dois terços para si do salário-educação e não reparte com os municípios. Mais um motivo para eu dizer aqui que tem dinheiro, sim, porque os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dos dois terços que é distribuído pelo governo federal, repassam integralmente aos seus municípios em programas, em benefícios, diretamente nas contas das Secretarias Municipais de Educação. Aqui no Paraná o governo retém, e se retém, pode pagar os 42% também, porque tem dinheiro retido do salário-educação.

(Aplausos)

Então, citei aqui todas as economias que o governo vem fazendo com a educação. Não estamos, efetivamente, no Estado do Paraná, implantando um projeto de oferta de educação com qualidade a todo o povo paranaense, o que gostaríamos. Queríamos educação em abundância para os sem-terra, para os acampamentos de ciganos, como um cigano veio reclamar, hoje pela manhã, que não tem aula nos acampamentos de ciganos. Queríamos educação abundante, com qualidade, para aqueles de aceleração de fluxo, com uma sala especial, investimentos em biblioteca, e, acima de tudo, investir na peça mais importante que temos na escola, que é investir no professor, não só o salário, mas também a hora-atividade, para ele ir para a casa e corrigir a prova, preparar uma boa aula num retroprojektor, num projetor de multimídia, podia ser distribuído em cada escola do Paraná, para o professor preparar no seu computador, colocar o disquete lá e apresentar uma aula maravilhosa para todos os alunos e ter tempo para fazer

isso, para ler uma revista, para poder participar de uma reunião na escola. Ao contrário, aqui no Paraná não tem hora-atividade, conforme a Lei Federal 93,94/96 exige, porque o governo não quer. Aqui para um professor se aposentar precisa fazer uma maratona, porque o governo não quer economizar dinheiro aposentando o professor. Aqui no Estado do Paraná, não tem educação. O que falta no Paraná é falta de secretária, inclusive, falta de educação dessa própria secretária Alcyone Saliba, que me nego a conversar com ela, porque não tem respeito para o povo do Paraná.

(Aplausos)

Senhores deputados, senhoras e senhores.

Temos essa preocupação com a oferta de educação no Estado do Paraná e mostramos “por a mais b” que há economia de dinheiro na educação. Pode ter economia no Paraná Previdência e vários outros setores mais, estou provando que há economia, há dinheiro no próprio sistema de economia produzido pela política de governo do Estado do Paraná.

Estamos atentos a isto, temos denunciado sistematicamente e queremos, mais uma vez, conforme aprovamos uma nota aqui, dar toda solidariedade aos senhores professores, e o nosso apoio. Saibam que falta de iniciativa legislativa, e o nosso apoio. Saibam que falta de iniciativa legislativa não tem aqui! Temos, a todo momento, nos dedicado a produzir leis, regulamentos, fazer requerimentos, projetos que venham em benefício da classe e sobretudo da educação do Paraná. A nossa responsabilidade enquanto Bloco de Oposição não é só com os professores, é acima de tudo com a criança e os jovens paranaenses.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência anuncia, com satisfação, a presença do prefeito de Lindoeste, presidente da Amop, Almir Gaspar.

Quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, meus queridos professores aqui presentes.

Pretendo ser sucinto, já que só tenho cinco minutos e acho que a sessão de hoje, até pela presença dos professores aqui, deveria ser integralmente utilizada a esta causa.

(Aplausos)

Na sexta-feira, o Núcleo de Ensino da Cidade de Londrina recebeu um emissário do governo Lerner, o doutor Fischer, da Casa Civil, para ouvir as reivindicações do pessoal do núcleo.

Em dado momento um professor, diretor de uma escola, se levantou e disse: “Olha, doutor Fischer, em 94 quando o governador Jaime Lerner pegou no meu braço e

disse que iria resgatar o professor do Paraná, cheguei a ficar arrepiado na esperança de que o governador fosse cumprir tudo que tinha prometido e o apoio que o professorado tinha dado. Hoje, fico arrepiado quando vejo o nome do Lerner”.

Quando pela primeira vez a senhora Alcyone Saliba, que está sendo carinhosamente chamada de Alcyone “Saliva” porque só fala, foi a Londrina, disse a ela: “Aqui, conheço minha cidade e minha região”. Ela subiu lá e, com a prepotência inerente daquele tecnocrata que só entende de números, porque para eles são os números que passam fome, não pessoas, ela disse: “Tenho orgulho, com todo o respeito aos demais colegas secretários de governo, de administrar a maior empresa do governo do Estado, porque estão sob as minhas responsabilidades cento e tantas mil cabeças, não sei quantas mil escolas...”. E pensei: “Esta é a “saliva” que o governo não precisa”.

E, está dando no que deu! Todos os meus colegas aqui já falaram e tenho certeza absoluta que não se trata aqui de fazer um discurso para acuar quem é de Situação, quem é de meio-campo, quem é de Oposição. O Poder Legislativo não tem nenhum deputado que esteja contra o professor, independente da sua sigla partidária, mas é um Poder que nada pode, é um Poder que dá vergonha na hora em que vem aqui reivindicar e você não tem o poder nem sequer de ser ouvido, tem sim de ser perseguido porque a maioria dos parlamentares nas Assembléias, no Congresso Nacional, no Brasil, nesta política nefasta que se faz, cala sua voz, às vezes, com medo da retaliação. E, aquele deputado que tem prefeito, aquele que necessita do governo, às vezes não tem a coragem de vir aqui para fazer este papel, não que seja covarde, mas porque senão o governo retalia sua cidade. Graças a Deus me elegi e não tenho nenhum prefeito e vou falar o que penso!

Na semana passada, a prepotente da Alcyone “Saliva” atendeu lá, através de um assessor seu, uma professora que queria que o deputado Moysés Leônidas fizesse correr seu processo de aposentadoria. A professora disse que havia pedido a um deputado que acelerasse seu processo e uma das assessoras mais altas da secretária disse o seguinte: “Aqui, com pedido de deputado, demora mais”. Então, ela tem que ter dignidade de entender e este governo de falar a verdade para o governador Jaime Lerner, porque a maioria absoluta do secretariado do Lerner não leva a verdade para ele. Está mal a educação no Paraná. O povo está cabisbaixo. Estamos lutando pela reposição salarial de vocês, muito bem colocado tecnicamente pelos outros companheiros deputados. Quero falar aqui do dia a dia, mesmo. O dia a dia é que o professor também não tem. Tem que ficar lutando pela sua escola. Seu diretor fazendo feijoadas, canjicadas, quermesses, para tentar dar uma melhor qualidade de vida para o próprio professor! Tem escola em Londrina, que é a segunda cidade do Paraná, em que o dia que tem papel higiênico, não tem café! Isto é uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência tem mais um minuto, exatamente.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

É o suficiente, senhor presidente.

Quero dizer mais: agora as suas escolas vão sofrer, porque com a insensibilidade do governo, colocaram na Fundepar outra professora, é a engenheira Denise, esta professora de deus, porque diz que quando deus tem dúvida vem perguntar para ela. Está mal o governo. O governo precisa respeitar a educação!

E quero aqui, até pelo pouco tempo, repetir a frase dita pelo professor Romeu: “Se a educação não resolve tudo, sem a educação não vamos resolver nada”.

Podem contar comigo!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Dando prosseguimento ao desfile de oradores, nesta tarde, com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente e senhores deputados.

Sem nenhuma alusão ao que Vossa Excelência falou a respeito do desfile de oradores, quero dizer que mais uma vez, em meu nome, lembrando aquilo que fizemos durante tantos e tantos anos, venho aqui me curvar diante dos professores e daqueles que trabalham na educação. Não venho aqui fazer desfile nenhum. Venho, mais uma vez, dizer da nossa solidariedade àqueles que neste País mal formado, até agora, são tão necessários e estão sendo, muitas vezes, humilhados.

Lembro, senhor presidente e senhores deputados, em determinado dia, ao ligar um canal de televisão, me deparei com a figura de um importante ator global, contratado para dizer o seguinte: “vale a pena vender a Vale, porque com este dinheiro vamos ter recursos para a segurança, habitação e educação”. Mentira!

Desmontaram o Estado brasileiro. Venderam a Telebrás, a Vale, venderam tudo! E o dinheiro não chega onde deveria ter chegado. Talvez nas províncias brasileiras algum deste recurso do desmonte do patrimônio público chegue daqui a pouco, em mais um dos Jogos Mundiais da Natureza... Mas 43,5% ou um da reposição, senhor presidente, certamente não chegarão porque os burocratas de hoje como de ontem com Delfim Neto comandando, pregavam o arrocho salarial. Vamos fazer o bolo e depois vamos distribuir. E tivemos cada vez mais um número de analfabetos aumentando neste País, que não dá a devida atenção ao professor, à educação. A escola é um País que não vai ter amanhã e parece que tem muito governador, tem muito dirigente neste País aqui que não se dá conta daquilo que está acontecendo.

Me lembro, sim, de Ponta Grossa até aqui, centenas e centenas de vocês vieram a pé aqui e só ouviram palavras na direção dos pleitos que reclamavam e o tempo passou e hoje estou vendo na propaganda do governo, que ele na realidade não tem nada que dar de

reposição para vocês, professores. Na realidade já deu 18,05 a mais.

É a luta entre o povo, neste momento representado por vocês, contra o estado empreguista, neoliberal, que está fazendo o desmonte deste País. As ordens vem lá de fora. A educação não tem dinheiro, mas o seu Fernando Henrique Cardoso, no mês passado pagou 11 bilhões de dólares ao Fundo Monetário Internacional e continuam se curvando às exigências do FMI, daquilo que é decidido lá fora. Aqui dentro não sei. Estes dias mesmo o governo acaba de fazer uma licitação de 28 milhões para fazer propaganda, para ver se consegue segurar o desgaste do aumento do pedágio, do assassinato de um sem-terra. Neste Estado neoliberal ele não tem nenhum tipo de consideração com o povo, não tem. Outro dia...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência passa a usar o horário do PMDB.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Waldyr Pugliesi fala em nome do PMDB, pela sua experiência, pela sua qualificação, fala em nome do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aproveitando a oportunidade, deputado Pugliesi, quero deixar bem claro a Vossa Excelência, à distinta platéia e aos companheiros de Plenário que em momento algum usei o termo “desfile” como pejorativo, por favor.

Com a palavra, por mais dez minutos, o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Fiquei muito contente com a sua manifestação, porque da sua parte, na realidade, temos recebido deferências e muita paciência, muitas vezes com este próprio orador na tribuna.

Mas, senhor presidente, uma nação se faz com a organização dos segmentos que a compõem. É preciso também que se fale aos professores para que eles aprofundem na discussão política, porque outro dia mesmo aqui, quando um ilustre deputado, meu amigo, companheiro, e irmão, o “Zuquinho” falou, olha não vamos politizar este assunto. Vim a tribuna e falei, vou politizar, sim. A política é o instrumento que a humanidade encontrou para resolver os seus problemas e precisamos discutir claramente estas coisas. Nas últimas eleições tivemos o resultado que na realidade, no meu entendimento, não é aquele que existia dentro da sociedade.

Não cabe aqui a este parlamentar aprofundar neste assunto, neste momento, porque ele não deverá ser tratado aqui como já tratamos deste assunto em tantos e tantos lugares, mas o desvio da solução dos problemas que existem no Estado e no País é constante, esse governo federal bateu, bateu e bateu que precisava fazer uma reforma tributária, senão não teríamos solução nenhuma nesse País. E o governo, posso dizer a todos vocês, nunca

quis fazer reforma tributária coisa nenhuma, estou vendo aí, e a verba do Fundef?

Lá no meu município foi desviado, inclusive, senhores professores, para compra de espetos. Falei: “olha, me parece que vão fazer algum campeonato de esgrima com esses espetos”. Mas em todos os lugares estamos vendo isso, o dinheiro público aqui no Paraná principalmente, com esse viés do próprio governador que está fazendo com que tenhamos a “pracite” aguda no Estado. É um tal de reformar praça! Na minha cidade mesmo, dois milhões de reais foram desviados de outros setores, um deles, da construção de casas populares, para fazer calçada nova e para se fazer reforma na frente dos correios, na frente da agência de rendas, na frente do Fórum, na frente da igreja; e o trabalho fica do lado, o emprego, a escola sem nenhuma atenção.

Aqui mesmo fizeram agora com que o Palácio Iguaçu ficasse meio isolado de tudo, eles têm medo, sim, dos professores se manifestando lá na frente, em busca dos seus direitos. Aqui desta Casa vimos o quê, ali na frente? Agressão a sem-terra, chutando painéis vazios de irmãos nossos, como outro dia mostrei aqui da tribuna a fotografia de um sem-terra ajoelhado, com um policial seguindo ordens do governo Jaime Lerner, do secretário José Tavares, com fuzil na cabeça. E chamei a atenção para a qualidade das botinas que ele calçava, da roupa que ele vestia. Então, é a sociedade toda que está marginalizada, é o professor, é o que trabalha dentro da escola, é o sem-terra.

Enquanto isso, a alegria dos banqueiros se faz todos os dias nesse País. A terra se concentra cada vez mais nas mãos de poucos.

Vocês professores, são líderes dentro dessa sociedade, vocês têm uma importância enorme, vocês têm o dever de organizar a população, de fazer com que ela se levante contra esse Estado que está sendo demitido das suas funções. Aonde está a nossa Sanepar, aonde irá a nossa Copel? Patrimônios Públicos construídos por gerações e gerações. O que é que fizeram do nosso Banestado? Agora, senhores professores, como já se falou aqui, não são cinco bilhões, não, são seis bilhões de reais que apontam na direção do Banestado, seis bilhões chegaram, e agora vão vender por quinhentos milhões, quatrocentos, ou quinhentos, não sei. Vejam a lógica, você investe seis bilhões, saneia, e vende por quinhentos. Nunca vi isso na minha vida, nunca vi, alguém gastar seis bilhões e vender por quinhentos. É o anti-negócio, é o anti-interesse público.

Mas por que se chegou a tal situação? Porque desorganizaram a sociedade. Muitas vezes os professores estão aqui e chamamos a atenção da sociedade que tem a obrigação de dar solidariedade ao movimento dos professores, e não ficar estimulando volta às aulas quando nesse momento isso não interessa ao Paraná. A escola pública tinha que ser pública e gratuita, e estamos caminhando na direção do quê? Do grande negócio da escola, grande negócio, vamos tirar o Estado de todos os lugares e

vamos deixar a sociedade nas mãos das hienas e dos chacais, que eles se encarregarão de comer até os ossos da sociedade. Quem não quiser compreender isso que me perdoe, não está bom da cabeça.

(Aplausos)

Não sou técnico em educação nos discursos que foram feitos aqui. Todos eles, no meu entendimento de grande qualificação e tocando profundamente nos assuntos mais necessários a serem discutidos. Temos que falar no geral.

Outro dia, senhores professores, agricultores da Agricultura Familiar se reuniram e puxaram as nossas orelhas. Onde é que estão os deputados? Meia dúzia se encontravam ali. E falei: “Você votou em quem?” Ele citou um deputado federal latifundiário da UDR. Como ele estaria ali para defender a Agricultura Familiar? A educação tem os seus amigos, companheiros e a solidariedade de muita gente, mas na hora de uma eleição as coisas superficiais precisam ser deixadas de lado e precisa-se fazer tudo em cima de proposta, de uma discussão, do diálogo, como propus outro dia, aqui, ao Líder do Governo, para que ele se despidesse da soberba, descesse à planície e resolvesse com os professores, que sabem dos problemas que precisam ser resolvidos.

Vou dizer, senhor presidente, porque tenho autoridade moral para dizer sobre isso, sempre fui do MDB e do PMDB. Quando estive na presidência do meu partido, eu era deputado constituinte e fiz de tudo para que o governo do Álvaro Dias se sentasse junto com os prefeitos, ele não se sentou e o senhor sabe o que aconteceu.

(Aplausos)

Fiquei com a rua, com os professores e essa é uma posição histórica. O governo Ney Braga espancou professores aí na frente e eu estava com eles. Passamos a noite na praça, em vigília, em favor não de mim, não do interesse de votos e nem mesmo dos professores, mas na defesa do amanhã, que vejo sem sol, se continuar dessa maneira. É a nossa obrigação, solidariedade e permanente e constante presença ao lado de vocês.

Citaram o Paulo Freire aqui, mas neoliberais dão algum tostão furado para Paulo Freire? Não dão! Esses que se atolaram na defesa da ditadura que se implantou nesse país durante vinte anos, agora estão vendo aí que os fatos estão aparecendo, todos eles.

Nós, se não tivermos uma educação livre, inteligente, podendo receber o que se merece para poder trabalhar pelo Brasil e pelo Paraná, não iremos a lugar nenhum.

Portanto, em nome do PMDB, a nossa solidariedade de sempre.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sexto orador inscrito, com a palavra o deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor presidente, senhores deputados.

Ao iniciar esta fala, quero dar as boas-vindas e fazer uma saudação especial àqueles que até agora não foram citados, que são os funcionários executivos, zeladores que vêm de tão longe, com tanta dificuldade, juntamente, para apoiar os professores. Nossa saudação e nossas boas-vindas a todos.

Senhores professores e senhores funcionários de escolas públicas, existe um simbolismo, dentro desta Casa, e é importante que as pessoas saibam como funciona isso. Aqui fala a Oposição e lá fala a Situação, porém em muitos momentos trocamos gentilezas. Na reunião do último dia do ano, honrosamente, o deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, - por uma deferência toda especial em mostrar que todos nós aqui, Oposição e Governo, temos compromisso com esta sociedade, - usou esta tribuna. E eu, que naquele momento representava as Lideranças de toda Oposição, usei, com a maior alegria e honra, aquela tribuna do lado de lá. Existem estas gentilezas!

Porém hoje aqui é importante que este simbolismo se transforme em formalidade, os que falaram aqui fizeram um compromisso público e não apenas usaram da tribuna, com a Casa cheia, e depois abandoná-la. Quem usou a tribuna, deste lado aqui, fez um compromisso com vocês e tenho certeza absoluta que honrará este compromisso!

Há poucos dias fizemos uma reunião com funcionários, pais, alunos e professores, lá em Cascavel, e aqui deve ter gente que estava lá no Colégio Polivalente. Quando iniciamos a abertura desse nosso encontro, um deputado pediu a palavra e falou: “Só vim aqui ‘dá oi’ para vocês mas estou indo para outra cidade tratar de assuntos da agricultura.” Pois bem, levou o que merecia dos pais, alunos e professores, levou! Foi tratar da agricultura mas com uma sonora vaia, porque aquele dia era para tratar da educação e não da agricultura.

Hoje, senhores deputados, lamentavelmente, quando vejo tanta gente que, com tantas dificuldades, chegaram até aqui, pagando despesas de viagem, vejo com tristeza, esta tribuna sendo usada aqui para um assunto que não interessa a nós, neste momento! Claro que respeitamos os compromissos de CPI’s de cada deputado, desta Casa. Claro que a Assembléia tem que fiscalizar os cartéis dos supermercados, dos combustíveis, do roubo de carga, do narcotráfico! Mas hoje que temos um compromisso com este Estado, com a Educação e com o futuro de nossos filhos, deputados governistas abandonem a Casa para ir cuidar de uma CPI!

E olhem, vamos ser justus, nem todos aqueles que foram chamados, saíram. Tem deputados aqui que foram chamados, porém, em respeito aos professores, ficaram aqui ouvindo as manifestações dos deputados e também dos professores. A esses que foram chamados e também dos professores. A esses que foram chamados para ir a Colombo e foram, mas aos que ficaram aqui,

merecem, ao meu pedido, uma salva de palmas de reconhecimento.

Vamos precisar de bons interlocutores. E os bons interlocutores que fazem parte da Bancada do Governo, eles vão lá defender vocês. Podem até não convencer esse governo, porque esse governo é o pior governo que o Estado do Paraná já teve.

(Aplausos)

Mas esses que estão aqui, irão lá tentar convencer essa secretária que ensurdeceu ao vir de Brasília ao Paraná. Esses deputados irão buscar a negociação para que possamos encontrar um caminho para o Paraná. Ao dizer isso posso ser odiado por todos. Mas o que me interessa é estar em paz com a minha consciência, doa a quem doer.

(Aplausos)

Tenho aqui o jornal chamado “Legalidade”. É o jornal da resistência, jornal de Leonel Brizola que é um símbolo da educação nesse país. Nesse jornal fiz uma matéria que foi distribuída a todos os jornais do Paraná, e muitos poucos publicaram.

(Lê):

“Professores em greve contra a mercantilização do ensino.

Os professores da rede pública estadual do Paraná estão promovendo manifestações desde o dia 8 de maio, com a chamada Operação Tartaruga (aulas de 30 minutos), reivindicando melhoria nas condições de ensino e salários mais condizentes. Evidenciando a legitimidade do movimento, unem-se os professores os pais e estudantes conscientes da crise que ameaça pôr termo ao ensino público e gratuito.

A pauta dos professores e da comunidade escolar inclui as seguintes reivindicações: reajuste salarial de 41,14%, o que corresponde à inflação de agosto de 1995 a fevereiro de 2000; Plano de Cargos, Carreira e Salários, elaborado pela categoria e emperrado há anos pela bancada governista na Assembléia Legislativa; revisão da Paraná Previdência, para que o fundo previdenciário volte a ser público e seja administrado de forma paritária; revogação da Paraná Educação, que representa o caminho para a privatização do ensino (elimina a carreira do magistério); atendimento à saúde, haja vista que o sucateamento do IPE deixou também os professores sem atendimento algum; retorno da eleição direta para diretores, sem o que as direções de escolas são instrumentalizadas em favor de interesses escusos.

Em algumas cidades, ocorreram mobilizações para chamar a atenção das autoridades e da própria sociedade, fazendo frente ao verdadeiro estado de abandono do setor educacional. Através de passeatas, a comunidade escolar movimentou-se para denunciar o imobilismo e o descaso do atual governo do Paraná, que centra suas políticas com o intuito de favorecer a mercantilização do ensino, através da terceirização de serviços (privatização dis-

farçada), em sentido inverso à lógica que ensejou o desenvolvimento das grandes nações.

O PDT oferece ao Brasil uma proposta revolucionária no setor educacional, conceituando a educação como a reforma de base mais importante para a criação de sólidos alicerces de desenvolvimento. É preciso garantir o acesso de todas as crianças à educação básica, do pré-escolar ao segundo grau, em um curto prazo. Nenhuma criança deveria permanecer menos de cinco anos na escola, eliminando-se a repetência que é o principal fator de estigmatização e de marginalização das crianças das camadas pobres do povo.

É evidente que isto só seria possível dentro de outras concepções de governo, que não estas que passaram a dominar as estruturas governamentais. Um governo que se preze deveria iniciar determinando maciços investimentos na educação. Lamentavelmente, o governo do Estado faz tudo para dismantlar a educação pública e, diante das legítimas manifestações da comunidade escolar, responde com ameaças de retaliações e cortes de salários, anunciando redução de 20% no pagamento de todos os professores, independente de quem participa ou não do movimento, o que é inaceitável.”

Já que o Durval Amaral está insistindo no aparte, vou voltar um pouquinho nesta questão da CPI, que é importante.

Ora, falar em CPI para os deputados governistas é a mesma coisa que mostrar a cruz para o diabo. Eles fugiram mais da responsabilidade, do que o diabo foge da cruz. Essa é a grande verdade!

Na calada de uma certa noite me apareceram com cinco CPI's, e massacraram a Oposição. Por quê? Aceitamos participar apenas de uma, que era aquela que queríamos e que não conseguíamos. Dessa CPI de 11 membros, só temos 3. Não temos poder nenhum de decisão. Não nos deram oportunidade de colocar um relator, ou qualquer coisa que tivesse qualquer tipo de mando ou um direcionamento para esta CPI.

Agora, queremos falar da CPI do Pedágio. Quanto vocês pagaram para vir para cá? Quando estão espoliando o povo do Paraná, com esse pedágio, da Copel e da Sercomtel e dos Jogos Mundiais da Natureza, que gastaram mais de 80 milhões para as realizações dos jogos e não permite que a gente faça a tal da CPI, porque tem matéria de cunho nacional, que dizem que envolve também a filha do governador?

Então esse desvio do dinheiro público que tem faltado para poder dar sustentação ao salário dos nossos professores. Falta dinheiro para o salário dos professores, porém sobra para os Jogos Mundiais da Natureza.

Esse governo pegou este Estado com uma dívida de 1 bilhão 953 milhões, hoje deve mais de 12 bilhões, mas já entregaram o Banestado, já venderam a parte da Copel, já venderam a parte da Sanepar, destruíram esse que era o melhor banco de mais de 70 anos, do Estado do Paraná. Destruíram, faliram com empréstimos favoreci-

dos, com empresas fantasmas, com maracutaías de venda daqui, venda dali. Essa que é a grande verdade.

Para isso não se tem possibilidade de fazer nenhuma CPI. Infelizmente as CPI's hoje são manipuladas. Elas podem estarsendo trabalhadas porque o presidente está exigindo isso de todos. Mas, que essas CPI's têm um cunho de seriedade para ir profundamente naqueles que realmente devem à sociedade do Paraná, isso é mentira!

Vai ser difícil dar o aparte ao senhor, porque a cada segundo chega mais papel aqui de denúncia contra esse governo, que o senhor defende.

Porém é importante dizer que o governo do Fernando Henrique mandou 18 bilhões de juros e já vendeu e desmontou todas as estatais deste país. O que ele fez com o dinheiro? O que está acontecendo com esse país? Se não fizermos uma união da população, fazendo isso, que vocês estão dando esse exemplo de democracia, mostrando que não é assim que vocês querem, os nossos governos neoliberais, que não protegem a sociedade, só beneficiam as multinacionais. Se não fizermos isso a partir de agora, unindo a sociedade, conversando, discutindo os verdadeiros problemas que temos no nosso Paraná e no nosso país, não chegaremos a lugar nenhum, porque o governo usa uma metralhadora para combater a greve dos professores. Os professores, em contrapartida, indo de encontro a essa metralhadora, esses canhões, esses fuzis do governo através da propaganda oficial.

Sabe qual é a arma do professor? Está dando mais resultado do que essa do governo: a única arma do professor é a caneta, para enfrentar todo esse batalhão que vem contra vocês.

Para encerrar lembro Vandré, aquele maluco que a ditadura torturou, que dizia o seguinte: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Quem tem compromisso com o povo, senta à mesa!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno Expediente.

Com a palavra no Grande Expediente, o primeiro orador inscrito, deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados, prezados professores. É natural que os professores que estão aqui nos ouvindo, possam, num determinado momento do meu pronunciamento, achar que algumas palavras que venha a dizer possivelmente não sejam agradáveis, porque tenho que trabalhar com a verdade e com a realidade dos fatos. Por isso, espero obter, dos professores, a compreensão de quem exerce o cargo de líder do Governo Jaime Lerner, e exerço o cargo de Líder desse governo com determinação, por convicção de que estamos fazendo um trabalho neste Estado, que se tivesse sido feito há 10, 15 anos atrás talvez não precisasse os professores estarem aqui fazendo reivindicações - justas e necessárias.

Mas, antes de fazer, aqui algumas considerações, tenho por dever de caráter, o dever de compromisso comigo mesmo, quero ser justo com os Parlamentares que não estão presentes e se deslocaram até Araucária para a CPI do Narcotráfico.

Vejam, senhores professores, que, para fazermos um pronunciamento aqui, com uma galeria repleta de professores e de educadores, principalmente fazer o papel que faço aqui como Líder do Governo, não é fácil. É muito mais fácil subir à tribuna do outro lado, como classificado de Oposição, e fazer o discurso de que o governo não concede os 41% de aumento porque não tem nenhuma vontade e nem tem vontade do diálogo.

Por isso, quero antes de fazer o meu pronunciamento, dizer aos senhores professores de que os membros da CPI do Narcotráfico, tão exigida e aprovada inclusive pela Oposição, marcaram várias reuniões em todo o Estado do Paraná. Não apenas em Araucária. Amanhã estarão em Maringá percorrendo o Estado, recebendo denúncias e procurando contribuir para acabar com o mal que causa o narcotráfico à nossa sociedade. Então, eles não estão aqui porque não sabiam que hoje teria essa manifestação dos senhores professores; não é nenhum desrespeito aos senhores, mas eles também, ao marcarem esse compromisso nos municípios do Paraná, marcado há mais de 10 dias, também não poderiam deixar pessoas lá esperando, mas deixaram-nos aqui os representando, para ouví-los e para procurarmos uma saída.

Quero dizer aos professores, até o presente momento, ouvi aqui vários pronunciamentos. Se entrar aqui nos detalhes, que tenho certeza absoluta, que em partes poderíamos travar esse debate num outro momento, que temos que dedicar esse momento, sim, às causas da educação, teria, sim, resposta para vários questionamentos que foram feitos aqui por parlamentares, das questões de governo, responderia item por item, não deixaria aqui nenhuma dúvida aos Parlamentares, parlamentares, porque tenho feito isso em todos os meus pronunciamentos, é a questão da privatização, da concessão das rodovias, quando falo da questão Banestado, uma das questões Banestado, uma das questões que quero aqui dizer ao deputado Ângelo Vanhoni, ele disse, é claro que muitos discordam do Paraná Educação, sabemos, agora, ele disse com todas as letras de que ele não sabe quanto se gasta no Paraná Educação.

Ora senhores professores, aprovamos uma lei nesta Casa, aonde a lei determina um parlamentar jamais pode alegar desconhecimento do que se gasta com Paraná Educação, pode sim, discordar por princípios ideológicos, mas não pode jamais alegar que não conhece números que são prestados a esta Casa.

E veja como é engraçado. Ouvi pronunciamentos aqui de parlamentares do PMDB que governaram este Estado e foram aplaudidos, também aplaudi.

Ouvi aqui parlamentares do PT, fazendo o seu pronunciamento, e ouvi por último, o deputado Edgar Bueno, do PDT.

Vejam o que ocorre na nossa nação. No Rio Grande do Sul, quem entregou o governo ao PT foi o PMDB. Os professores do Rio Grande do Sul, infelizmente também, como no Paraná, e o discurso de alguém que está na Oposição por estar aqui neste momento no Estado do Paraná, e todos sabemos que temos que discutir o Paraná, mas lá no Estado onde eles governam o discurso é outro.

Vi outro dia na televisão algo que me marcou. A ex-presidente do Sindicato dos Professores lá do Rio Grande do Sul, hoje então secretária de Educação do Rio Grande do Sul, que há tempos atrás reivindicava os direitos dos professores. Então a arte de governar não é fácil, são para homens que têm coragem, que têm determinação e que têm vontade de mudar.

A industrialização, tão criticada lá do outro lado, quero dizer aos senhores professores, me permitam e me desculpem por dizer: a industrialização implantada no Estado do Paraná, certamente, num futuro bem próximo, vai servir para que possamos dar os avanços que os servidores públicos precisam, porque a industrialização do Estado do Paraná, como disseram aqui, querendo comparar com banqueiros, com empresários, temos que respeitar a todos no nosso Estado, respeitar os deputados, respeitar os empresários, porque é um todo que faz um grande Estado.

E temos esse princípio que é a determinação do governador. A APP Sindicato, é prova de que em determinado momento quando houve um impasse entre as negociações, interferi nas negociações. Convoquei a secretária de Educação para que viesse à Liderança do Governo para prestar contas aos parlamentares de como estava sendo feito o procedimento; tivemos por duas vezes na Liderança do Governo. Várias vezes conversei particularmente com a APP, outras com a secretária, procurando um caminho para achar uma solução dessa reivindicação que acho justa que os senhores professores estão fazendo, mas não encontramos o caminho.

Quero dizer aos senhores professores que por ouvir pronunciamentos, por sabermos que uma das grandes reivindicações dos professores é o plano de cargos e salários, quero fazer uma proposta aos professores, mas uma proposta de uma forma consciente e sem termos aqui a pressa de alguém que fazer algo para satisfazer os senhores professores nesse momento e para que amanhã os professores não alcancem o seu objetivo.

Como Líder do Governo quero dizer aos senhores professores que só conseguiremos implantar esse plano se abirmos o diálogo. E quero dizer aos senhores professores; que a Liderança do Governo, os líderes dos partidos aliados que apoiam o governo Jaime Lerner, estiveram e continuam estando à disposição. Vamos começar a tratar dessa situação de uma forma onde posamos encontrar um denominador comum, onde se atenda o

interesse do professor, mas, também, onde esse projeto possa ser exequível, onde o governo possa pagar, porque não pode acontecer no Paraná o que acontece em 12 Estados brasileiros. Doze Estados brasileiros hoje, não pagam o salário dos servidores e não queremos que isso aconteça no Estado do Paraná.

Por isso, quero dizer aos professores, para encerrar o meu pronunciamento, talvez, o pronunciamento mais difícil de ser feito dessa tribuna: Nós como Líder do Governo, gostaríamos muito que a APP Sindicato continuasse o seu diálogo com o Líder do Governo, porque sempre demonstrei nas minhas atitudes uma determinação de encontrar um caminho que acho neste momento extremamente difícil, mas sempre estive no lado das negociações. E se o Líder do Governo demonstra isso, não é atitude isolada de um secretário e de um elemento do governo que vai desmerecer o governo e dizer que o governo não quer negociações, porque quem fala em nome do governo Jaime Lerner, aqui, nesta Casa é o deputado Rossoni, e estou dando a palavra aos senhores professores.

Agora, quero dizer aos senhores professores a parte mais difícil do meu pronunciamento: estivemos por várias e várias horas reunidos, debruçados em cima desta questão, governador, técnicos da Secretaria da Fazenda, técnicos da Secretaria de Administração e a secretária de Educação. E, por mais que os senhores estejam contra a secretária de Educação, eu a vi por várias vezes questionando os técnicos do próprio governo, quando alguns argumentavam que ele não poderia conceder aumentos, e dizer que haveria a necessidade de avançar em algumas questões, se não chegaríamos num impasse.

Quero ser verdadeiro e justo com a secretária no momento em que ela está sendo criticada aqui, porque é verdadeiro o que estou lhes afirmando.

Mas, ao encerrar meu pronunciamento, gostaria muito que, o mais rápido possível, encontrássemos o caminho e a solução do nosso problema. Hoje, o governo do Paraná, como os outros governos no Brasil, não está conseguindo dar aumento. Hoje, o governo do Paraná pode trabalhar em cima do Plano de Cargos e Salários, pode sim, continuar aberto para acharmos uma solução para a reivindicação de vocês que é justa, mas, hoje, a palavra do governo não é de não negociar, a palavra do governo é falar a verdade: "Não podemos dar aumento neste momento!"

Deixei este comunicado, esta posição do governo para colocar aqui aos senhores com a mesma dor que move o coração de vocês! E, só gostaria de encerrar colocando minha posição e a do governo: estamos abertos à negociação e estamos num momento em que não estamos encontrando a solução. Não temos condições neste momento de dar a reposição, mas nos colocamos à disposição...

(Manifestação da platéia)

Não tinha a pretensão de fazer o meu pronunciamento e trazer aqui uma posição do governo con-

trária à vontade de vocês, e, convencê-los a terminar a greve.

Quero agradecer a forma respeitosa como fui ouvido e dizer a vocês que não é por questões de posicionamento, de vaias ou de aplausos, que vai mudar meu procedimento. Estou aberto para as negociações com os senhores professores e vou contribuir, e muito, para que este impasse tenha um final e um denominador comum. Era esta a nossa posição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente e senhores parlamentares. Inicialmente quero cumprimentar o deputado Valdir Rossoni, porque entendo a dificuldade que tem a Liderança do Governo de fazer sua função, de colocar os fatos na ótica de quem está governando. E dizer que nós, da Oposição, e tenho certeza de que os próprios professores, alunos, funcionários da educação, que manifestam também sua insatisfação frente à certeza de que não haverá reposição salarial. Mas, mesmo assim, no íntimo, as pessoas sabem o democrata que Vossa Excelência é, e a certeza de que continuaremos negociando. Espero que as Bancadas da Situação e da Oposição, que é apenas e tão somente o Poder Legislativo, não dêem solução ao problema econômico, busquem a reivindicação da sociedade. E possamos somar forças mostrando que há uma necessidade imediata de fazermos alguma coisa para podermos continuar conversando com toda a categoria do magistério.

Não quero, na agressão verbal, colocar as razões que levam o magistério a esta sua manifestação de greve. Mas, olha bem, deputado Rossoni, quando o governo encaminhou para esta Casa o Projeto do Paraná Educação, que institui o Paraná Educação, veja bem, pessoa jurídica de direito privado, portanto, manipulação de recurso público constitucionalmente garantido dos poucos recursos públicos que a Constituição determina seu cumprimento, manipulado pela iniciativa privada do Paraná Educação.

Qual era a alegação do governo? Isto nos idos de 97, era de que a cada começo de ano não tinha professor suficiente nas escolas e tinha que contratar professores. E o Tribunal de Contas não concordava com a contratação porque ela estava contra a lei. Não era isso? Era isso? Se formos buscar nos anais desta Casa a sustentação feita pela bancada de apoio ao governo para poder justificar o Paraná Educação, uma instituição privada, era necessidade de dar professores em salas de aula, em razão da dificuldade de previsão anterior. Pois bem! Houve a reforma administrativa. E a reforma administrativa passou a permitir ao Executivo a contratação de fun-

cionários por tempo determinado. Portanto, a única justificativa viável do Paraná Educação, cai por terra.

E a Constituição do Estado, baseada na Constituição da Nação, diz no seu artigo 27, 9º, diz aqui: “Lei Complementar estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional serviço de interesse público”. Portanto, a nossa própria Constituição garante ao Executivo o direito de contratar, tornando obsoleto e desnecessário a existência do Paraná Educação.

Pois bem, baseado nisto, senhor presidente, senhores parlamentares, apresentei com apoio dos companheiros Ângelo Vanhoni, José Maria Ferreira e demais companheiros de Oposição, já em 98, o projeto de lei de dois artigos, dizendo no art. 1º: fica revogada na íntegra a Lei Estadual nº 11.970, de 19 de dezembro de 97, que instituiu o Paraná Educação que sob todos os aspectos, é totalmente inconstitucional, absolutamente inconstitucional. Vamos discutir o que diz e o porquê é inconstitucional - diz aqui na própria Constituição quando fala sobre o magistério - no art. 178 - o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios - e um deles valorização dos profissionais de ensino, garantindo-lhes na forma da lei, plano de cargos para todos os cargos do magistério público, piso salarial de acordo com o grau de formação profissional, e ingresso exclusivamente por concurso de provas e títulos realizado periodicamente sob o regime jurídico adotado pelo Estado. É a nossa Constituição que diz.

Quem fez esta Constituição? Quem fez esta Constituição foi esta Casa. Foram estes parlamentares. Ela foi promulgada nesta Casa numa tarde memorável com a presença do governador do Estado sentado naquela mesa, jurando, cada governador quando assume o seu mandato, defender e cumprir a Constituição do seu Estado e ela está aqui a cobrar o plano de carreiras, cargos e salários para o magistério, entrada exclusivamente por concurso público. O que faz o Paraná Educação agora recentemente? Vinte e três mil e setecentos e poucos inscritos, deputado Edgar Bueno, pagando 25 reais cada um deles de inscrição, quase um milhão de reais mandados a uma conta em Brasília para fazer um estoque de professor. Então, tenho dito, infelizmente transformaram a carreira do magistério numa forma assim, tem um estoque de pessoas que fizeram um teste seletivo, daqui a pouco o governo diz, preciso de 30 professores homens, estão aqui os trinta. Precisa 30 mulheres, estão aqui 30 mulheres. Precisa de gente forte para educação física, está aqui gente forte. Faz um estoque de pessoas para dar ao magistério como se fosse terceirização de um serviço que a Constituição exige que seja por concurso público com plano de carreiras para a sua valorização profissional. Não é possível, senhor presidente, a insensibilidade deste Poder.

Não vamos discutir números, não vamos discutir a receita que o governo sistematicamente diz nas suas propagandas que aumentou a receita industrial pela vinda das empresas montadoras, que aumentou pela agilidade

da fiscalização. No entanto, estamos sem poder dar fôlego a ninguém, mas talvez seja aqui a resposta quando se começa errado, senhores parlamentares.

Lembram os senhores da Lei nº 11.066 de primeiro de fevereiro de 1995, portanto, um mês após a posse do atual governador em seu primeiro mandato? Retirou a mensagem que estava na Casa, que dava um aumento linear a todos os servidores públicos, com a promessa de dar aumento aos servidores logo na sequência. Os servidores estão esperando até agora este aumento e esta lei nº 11.066 diz no seu artigo 12: ficam criados no Poder Executivo os seguintes cargos de provimento em Comissão, sete secretarias de Estado, um assessor especial da vice-governadoria, cargo AE-5, que nem existia, é assessoramento especial 01, esse cargo tem prerrogativa, salário de secretário de Estado; seis diretores gerais DAS-1, um coordenador DAS-2, sete assessor especial, e vai essa folha, e vai essa folha inteira de criação de cargo em comissão, totalizando, fiz a conta aqui, 497 cargos em comissão criado no âmbito do Executivo numa paulada, no primeiro mês de governo. E, em cima disso, logo na sequência, foi dado a esses servidores todos 100% de gratificação. É claro, começa haver um descompasso na questão salarial do Estado, e não sejam senhores professores e funcionários, não sejam rigorosos com os deputados de Situação que estão aqui. O governo encaminhou mal o problema do servidor e está num buraco sem saída, preso agora por uma lei que lhe exige o cumprimento de 60% e impossibilitado de cumprir porque abusou com aqueles que mais ganhavam em detrimento daqueles que tem salário mais baixo, não privatizou os seus aumentos.

Enquanto alguns aumentaram em milhares de cruzeiros o seu salário, aqueles que ganham pouco estão minguados com aumentos que não lhe competem a continuidade de dignidade de vida. Esse é o nosso caminho nessa Assembléia, encontrar um canal que se possa permitir que se dê o máximo que se possa dar nesse instante, e que se diga com segurança: “Não posso dar tudo agora, mas o que posso dar estou dando”. E dar um tempo, dar um prazo, pedir colaboração para que se possa resolver um problema na sequência. Não é botando nota na imprensa falando em vale-transporte, direito constitucional, falando em contratação de uma companhia para prestar seguro de vida quando já está se descontando do contracheque do servidor público 2% para lhe garantir a saúde com dignidade. Não é assim, não é jogando a classe de professores contra a opinião pública, nem contra os pais, nem explorando inocentes alunos em gravações encomendadas para poder mostrar que a greve não tem sustentação.

Meus companheiros, para encerrar, quando aquela marcha feita de Ponta Grossa a Curitiba, pedindo a aprovação do PCCS, naquele dia dessa tribuna falei sobre esse assunto, recorde, o professor Romeu, muitos estavam aqui, e encaminhamos um pedido, um requerimento de pedido de urgência para a votação do Plano de Cargo, Carreira e Salário da Educação, isso foi no dia 17 de

julho de 1999. Todas essas assinaturas aqui se comprometeram de votar o Regime de Urgência, este projeto está em Regime de Urgência, para votá-lo é só colocar na Ordem do Dia e votar o Plano de Carreira, Cargos e Salários da Educação, não precisa mandar mais nada, está na Casa com Regime de Urgência, é só votar.

E, naquele dia, presidente, o saudoso deputado Aníbal Khury, numa alusão à presença dos professores, mostrando a sua forma sensata de condução até solicitou a presença na Casa de uma gentil senhorita que cantou aos professores na galeria a música “A Professorinha”, lembro disso. Encerrou com a música “A Professorinha” e com um clima favorável dentro da Casa. Por quê? Porque havíamos votado o projeto, o requerimento de urgência ao projeto dos professores. Um ano passou, o projeto não voltou. Quero encerrar portanto esse pronunciamento não com a música “A Professorinha”, quero encerrar senhores, para quem já declamou uma poesia aqui da tribuna para o ministro da Justiça, vou fazê-la porque foi um aluno meu, fui professor suplementarista, um aluno meu de matemática, que hoje é professor de matemática, que é um poeta de respeito. Ele me deu, logo antes de ir com uma caravana de professor à Praça Pública em Francisco Beltrão esta poesia e eu lhe prometi que iria ler da tribuna, e vou fazer hoje aqui, na esperança de que continuemos, Situação e Oposição, buscando solução aos problemas dos professores. Essa poesia é do professor Clóvis Sampaio Brasil e diz o seguinte:

(Lê):

“Professor(a)

Na vida de professor
Sobreviver é uma arte
Eu sei, porque faço parte
Desse trabalho bonito
Vivo peleando solito,
Mas com sorte a gente escapa
Tonteando perdiz a tapa
E matando cachorro a grito

Gastei a sola da bota,
Esvaziei a guaiaca
Dei murro em pontas de faca,
Dei cascudo em quero-quero
Por isso me desespero
Com tudo que a gente fez
Se chega no fim do mês
Com zero, matando zero

De que valeu tanta luta
Prá chegar onde cheguei
Se até os cavalos do rei
Me pisotearam a mente
E um ‘Sistema’ prepotente
Recheado de marajás
Nem sequer olha prá trás
Para atender a nossa gente

Nossa classe desprezada
Por mandões da sociedade
Vive a cruel realidade
De uma Pátria sem destino
Porque o próprio desatino
De quem se diz patriota
Vai levando à bancarrota
O que resta do nosso ensino

Ficamos todos mui tristes
Com esses ‘tapas de luvas’
Ao saber que os manda-chuvas
Que nos fazem sofrendores
Em cargos compensadores
Fazem as Leis da Nação,
Mas chegaram onde estão
Pelas mãos dos professores

Esses donos da verdade
Já foram nossos alunos
São doutores e tribunos
De alta diplomacia
O que o mestre não sabia
É que depois de tudo isso
Compensam nosso serviço
Com lições de tirania

Entra ‘juca’ e sai ‘manduca’
E a escravidão continua
Se vive sempre na ‘pua’
Com a miséria que se ganha
A esperança me acompanha
Pelos tempos de eleição
Mas depois essa ilusão
É só promessa de campanha

Este foi o desabafo
Dum pajador campechano
Usando o verso pampeano
Lá do garrão do hemisfério
Para saudar um gaudério,
Um herói, uma heroína
Parceiros de triste sina
Na classe do Magistério.

Professor Sampaio
Planalto, 25.05.2000”

(Aplausos)

Senhor presidente, senhores parlamentares, é uma homenagem que prestamos aos professores, quando lhes dizemos, em nome da Oposição e espero da Situação aqui, nesta Casa, não esmoreçam! Vamos à luta! Vamos conquistar a dignidade do magistério do Paraná.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno Expediente e o Grande Expediente. Antes de passar para o Horário das Lideranças e à Ordem do Dia, cumprimento a todos os senhores professores, pela maneira fidalga com que receberam todos os nossos deputados, aqui. Quero dizer, como já disse hoje de manhã aos membros da APP, que as portas da Assembléia estarão sempre escancaradas, para todos os professores que aqui vêm. E, nós juntos, haveremos de, através das comissões permanentes da Casa, lideranças da Oposição e do Governo, de encontrar o melhor mecanismo, para este Regime de Urgência que já está há um ano paralisado, porque não vamos admitir - como dissemos hoje para os professores - o engodo, a conversa fiada. De nada adiantaria, deputado Caíto Quintana, de nada adiantaria senhores deputados, aprovarmos o Regime de Urgência, aqui, nesta Casa, votarmos esta lei e a não prosperar no Palácio do Governo.

Haveremos, sim, juntos, já combinamos isso e hoje tivemos uma reunião demorada a esse respeito, de encontrar mecanismos e ideais para a tão famigerada Lei de Cargos, Planos e Salários, que é um direito e uma expectativa. Não é possível que os 54 deputados, porque não se admite de maneira alguma, que esteja desse lado direito ou do lado esquerdo, que algum deputado seja contra os professores. De maneira alguma, e vocês sabem perfeitamente disso.

Quero renovar meus cumprimentos e deixar as portas sempre abertas para vocês. Ratificar aquilo que já foi dito aqui, justificando os deputados que não estão presentes aqui, membros da Comissão do Narcotráfico, que tinham esse compromisso e que não fazem mais do que a sua obrigação de estarem lá. Por essa razão não estão aqui hoje.

Faço esta justificativa dando toda minha solidariedade àqueles que não estão aqui porque estão cumprindo outro papel.

Aliás, Comissão e CPI, aqui nesta Casa é o que não falta.

(Aplausos)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário do PSDB, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, professores, funcionários do setor administrativo, dos serviços gerais do Estado do Paraná que se encontram em nossas galerias.

Depois de ter falado o deputado Caíto que foi não só brilhante, pela sua exposição, mas terminou a sua fala numa profissão de esperança não só deste Parlamento mas sobretudo da classe do magistério do nosso Estado, que haveremos de encontrar o meio e o dia em que a dignidade do magistério possa ser recomposta.

Depois de ter falado, Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Edgar e o deputado Moysés Leônidas na

defesa precípua daquilo que colocou hoje como a sessão objetiva da educação, eu, evidentemente, não precisaria acrescentar mais nada, senhores e senhoras.

Aqui o deputado Irineu Colombo fez uma digressão. Por que o governo do Estado paga mal e por que o governo do Estado não está investindo todos os recursos destinados à Educação?

Falou do Fundef. Se nós formos aplicar ao governo do Estado a mesma aplicação que têm dado o Ministério Público e o Tribunal de Contas aos municípios do Estado, com certeza o governo do Estado teria graves dificuldades em demonstrar a sua coerência e a boa aplicação dos recursos públicos. Não é a toa que está indo uma denúncia ao Ministério de Educação e Cultura pela aplicação dos recursos do Fundef em nosso Estado. Mas o governo faz a sua análise, faz o julgamento, faz a apreciação moral das suas atitudes. É pelo acerto, é pelo que ele dedica que reconhece no interesse maior da comunidade. Hoje vem o Líder do Governo com a difícil posição de justificar a situação do Estado.

Mas quem é que levou este Estado a essa situação? Tem ajuste econômico-financeiro? Tem. Mas isso exatamente para Estado e governos e entes públicos que receberam de administrações anteriores o Estado quebrado. Não foi o caso do Paraná. O Paraná foi entregue em 1995 com uma economia redonda. Um Estado que tinha como segundo banco o estadual a permitir o desenvolvimento do nosso Estado, foi entregue com apenas um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de dívida e são números incontestáveis. E hoje estamos com uma dívida mais de 14 bilhões de reais. E esta foi a administração que tornou inviável um pagamento decente de salário. E levantam aqui, o governador do seu partido também não tem condições de pagar, mas recebeu um Estado quebrado, sem condições, um Estado falido. O Paraná não estava nessa condição. O Paraná tinha recursos, tinha as instituições, tinha uma poupança que aos poucos foi sendo liquidada através da Copel, da Sanepar, do Banes-tado. E hoje nos encontramos numa situação que tem dificuldade de fazer a folha de pagamento. Não é de responsabilidade dos senhores professores. É de responsabilidade, sim, daqueles que levaram o Estado à situação de penúria que se encontra agora. E aqui não falou a denúncia da Oposição. Constituíram a EcoParaná, Paranácidade, Paranáeducação. Nós, de antemão, lá em 1996, 1997 já sabíamos que isso era engodo.

Levamos ao Tribunal de Justiça uma ação declarando inconstitucional, porque a lei não permitia a fiscalização nem desta Casa e nem, do Tribunal de Contas. Se o governo, se o Executivo entendeu que ele era absoluto para gastar o dinheiro da população, se nem sequer a ela prestar contas, evidentemente que não podia dar um bom resultado. E estamos colhendo o resultado na falência do Estado, na incapacidade de provocar o desenvolvimento da nossa economia e sobretudo de honrar os compromissos com os nossos professores. Mas no seu desvario, idealizou Faxinal do

Céu, uma verdadeira lavagem cerebral provocada e imposta ao magistério do nosso Estado.

Mas fez a política dos carros alugados, que em 9 meses, você paga o carro e o Estado não fica dono. Porque se paga um carro de 3 mil reais, e um carro de 18 mil reais, é pouco mais de nove meses, este carro está pago e a sociedade do Paraná não é proprietária.

Gastou-se em propaganda como se gasta hoje para agredir, para jogar e atirar sobre os professores a inverdade dos fatos, gastou-se do Projeto Virtual, dos Jogos Mundiais da Natureza que não eram senão para colocar na mídia internacional aquele que um dia tinha pretensão de ser presidente da República.

Liquidou com o Instituto de Previdência do Estado e aqui já disse o professor Romeu, jogou numa situação de indigência o professorado do Paraná; quando tem que procurar e se tem que se haver com a fila de hospital. Permitiu na falta de critério, pela boa aplicação de recursos públicos. Aquisição de 45% do Sercomtel - Serviço de Telecomunicação de Londrina por parte da Copel, que hoje a bem da verdade, daria aqui uma excelente CPI para que pudesse apurar os fatos.

Por isso, que o deputado Valdir Rossoni disse que não encontrou os caminhos, na sua fala. É verdade, vai ser difícil encontrar o caminho da seriedade, o caminho da redenção deste Estado e da recuperação da nossa economia com todo esse desatino administrativo.

Se o deputado Vanhoni sobre a fala do deputado Valdir Rossoni, não conhece a prestação de contas do Paraná educação é porque não tem nenhuma vontade, nenhuma determinação e nenhum compromisso em prestar contas a esse governo. Porque nós estamos cansados de solicitar e apresentar a esta Casa, que requerimento, de informações para que possamos conhecer os fatos do governo, e isto é negado. Quando queremos temos que bater na Justiça pedindo informação de dados que são responsabilidade deste governo.

Por isso que eu acabo de receber, senhor presidente uma anotação de uma professora, de vários professores, em que diz que tentam sensibilizar através deste ato, a secretária de governo, Alcione Saliba e o governador Jaime Lerner.

“Nossa saúde nas mãos dos responsáveis por esta situação, quando o que consome não é a fome física, mas é a fome de justiça e de piedade na distribuição das verbas e na verdade a real situação dos educadores e trabalhadores na educação”.

Este é o sacrifício que estas pessoas podem oferecer, senhor presidente: É uma greve de fome.

Ora, eu acho que esse é o fato extremo de um ser humano que se posta a receber e a sofrer todas as consequências, negando-se ao alimento físico, para poder se manter moralmente na sua atividade, na sua profissão e na sua missão de educar.

Aqui fazem a greve de fome, pelo sacrifício da educação no Estado do Paraná, a professora Sueli,

Diolinda, o Nivaldo, um funcionário de escola, a Jô, Jamoslei aqui de Curitiba e o professor Miguel.

Ora, em pleno século XXI, jamais era de esperar que uma classe tivesse que fazer greve de fome, para poder ter reconhecido os seus direitos, e aqui cabe uma reflexão deste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício ASS nº 016/00, subscrito pelo senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando à Mesa Executiva desta Casa de Leis a disponibilidade de um conjunto de Relatório e Peças do Balanço do Estado do Paraná referente ao exercício de 1999, que a Assembléia precisa ter para que os deputados possam exercer a sua função fiscalizadora. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 131/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública, o “Provopar Municipal - Ação Social”, no município de Campo Largo. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 043, de 02.05.2000).**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/2000, de autoria do deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública a Fundação Exclusiva com sede e foro no município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/2000 de autoria do deputado Nelson Justus, que dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos de Revisão Constitucional e dá outras providências. **COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA.**

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 10 (dez), de autoria de vários senhores deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2000**

Título I

Da Revisão Constitucional

Art. 1º - Os trabalhos de revisão constitucional se regerão por esta Resolução e, subsidiariamente, pelas normas do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

§ 1º - As sessões dos trabalhos revisionais, ordinárias e extraordinárias, serão abertas com a presença de, pelo menos, 28 deputados estaduais, registrada pelas listas próprias e se realizarão:

I - as ordinárias, nos dias úteis, exceto às segundas-feiras e sábados, começando às 14 horas e terminando às 19 horas, salvo nas sextas-feiras, quando serão realizadas das 9 horas às 13 horas, sempre em sessões especiais, em horário diferente das sessões ordinárias normais;

II - as extraordinárias, mediante:

a) convocação de seu presidente;

b) decisão do Plenário decorrente de requerimento de 10 deputados estaduais ou de líderes que representem esse número.

§ 2º - Os trabalhos da Assembléia Legislativa, inclusive reuniões de comissões, não poderão coincidir com os horários das sessões da revisão.

Título II

Dos Trabalhos de Revisão Constitucional

Capítulo I

Da Direção dos Trabalhos

Art. 2º - Os trabalhos da revisão constitucional serão realizados sob a direção da Mesa da Assembléia Legislativa.

Capítulo II

Da Discussão das Propostas de Emenda e da Votação

Art. 3º - Na sessão seguinte à publicação destas normas, terá início a discussão preliminar da matéria, que se prolongará pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual será a discussão automaticamente encerrada.

Parágrafo Único - Antes de se iniciar a discussão, o presidente designará o relator e, a pedido deste, nomeará relatores adjuntos.

Art. 4º - Poderão oferecer emendas nos 30 (trinta) primeiros dias de discussão:

I - qualquer deputado estadual;

II - representação partidária com assento na Assembléia Legislativa, por meio de líder.

§ 1º - As propostas deverão ser apresentadas em formulário definido pela Mesa com expressa indicação do dispositivo, capítulo ou título da Constituição Estadual a que se referem ou com o qual tenham correlação.

§ 2º - As emendas deverão incluir, quando for o caso, disposições transitórias relativas à sua entrada em vigor.

§ 3 - É vedada a apresentação de propostas revisionais que:

I - incidam na proibição constante do § 4º do art. 60 da Constituição Federal;

II - substituam integralmente a Constituição;

III - digam respeito a mais de um dispositivo, a não ser que se trate de modificações correlatas;

IV - contrariem a forma republicana de Estado e o sistema presidencialista de governo.

§ 4º - Poderão apresentar proposta revisional, observado o prazo fixado no *caput* e nos termos do art. 3º desta Resolução, o governador de Estado, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o procurador-geral de Justiça e o procurador geral do Estado.

§ 5º - Fica assegurada, no prazo estabelecido no *caput* e nos termos do art. 3º, a apresentação de proposta revisional popular, desde que subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, em listas organizadas por, no mínimo, duas entidades associativas legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores do título eleitoral;

II - a proposta será protocolada perante a Mesa, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas para a sua apresentação;

§ 6º - As propostas de que tratam os §§ 4º e 5º terão a mesma tramitação das demais, integrando sua numeração geral.

§ 7º - As propostas de emenda constitucional em tramitação na Assembléia Legislativa, ainda pendentes de parecer de mérito, serão transformadas em proposta revisionais e encaminhadas à Mesa da Assembléia Legislativa.

Art. 5º - Durante o período de discussão, o parlamentar poderá falar, uma só vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 6º - Findo o prazo de apresentação das propostas, serão estas publicadas, tendo os deputados estaduais o prazo de cinco dias para apresentar emendas às propostas, as quais poderão ser supressivas, substitutivas, modificativas ou aditivas.

§ 1º - Admitir-se-á, ainda, o oferecimento, em Plenário, no momento da votação, de emendas aglutinativas, resultantes de fusão de emendas em tramitação, ou destas com o texto de propostas em apreciação.

§ 2º - As emendas aglutinativas podem ser apresentadas pelos autores das emendas objeto de fusão, por 10 deputados estaduais ou por líderes que representem este número, devendo o Relator manifestar-se de imediato sobre elas, podendo oferecer subemendas.

§ 3º - No caso de apresentação de emendas aglutinativas, admitir-se-á destaque para a parte de emenda objeto da fusão que não tenha sido aproveitada no texto aglutinado, mediante requerimento de 10 deputados estaduais.

Art. 7º - Encerrada a discussão, as propostas revisionais e as emendas a elas oferecidas serão reunidas e organizadas em grupos, conforme a matéria constitucional a que disserem respeito, e enviadas ao Relator, que sobre ela emitirá pareceres no prazo de dez dias, podendo concluir pelo oferecimento de subemendas ou substitutivos.

§ 1º - Decorrido o prazo previsto no caput, sem manifestação do Relator, poderá a matéria ser incluída na Ordem do Dia, mediante aprovação pelo Plenário de requerimento subscrito por 10 deputados estaduais ou líderes que representem este número, podendo o parecer ser dado oralmente em sessão.

§ 2º - Em se tratando de parecer a grupo de propostas, concluirá aquele pela aprovação de uma delas, pela sua prejudicialidade ou rejeição das demais, pelo oferecimento de substitutivo ou pela rejeição global da matéria.

Art. 8º - Oferecido parecer à proposta revisional ou a grupo de propostas, será a matéria encaminhada à Mesa para publicação.

Art. 9º - Observado o interstício de 24 horas da publicação com os pareceres respectivos, a matéria será incluída na Ordem do Dia para apreciação.

§ 1º - A inclusão das matérias na Ordem do Dia obedecerá à ordem crescente dos dispositivos da Constituição sobre os quais incidam.

§ 2º - Será permitido a qualquer deputado estadual, antes de iniciada a Ordem do Dia, com apoio de 10 deputados estaduais ou de líderes que representem este número, requerer preferência para votação de proposta de emenda sobre as do mesmo grupo, observado o disposto nos artigos 177 a 181 do Regimento Interno desta Casa.

Art. 10 - O encaminhamento da votação de propostas ou grupo de propostas será feito por dois oradores a favor, tendo preferência o autor da proposta, e dois contrários, previamente inscritos, pelo prazo de cinco minutos, além do Relator.

Art. 11 - No caso de apreciação de grupo de propostas, terá preferência para votação aquela com parecer favorável ou substitutivo do Relator, ressalvada a apre-

sentação de requerimento na forma do § 2º do art. 9º desta Resolução.

Art. 12 - Aprovada a proposta revisional, o substitutivo que regimentalmente tenha preferência, votar-se-á, em seguida, os requerimentos de destaque apresentados, aplicando-se, no que couber, o disposto nos artigos 170 e 171 do Regimento Interno.

§ 1º - Os destaques concedidos pelo Plenário, serão votados logo após a aprovação do requerimento respectivo.

§ 2º - No encaminhamento da votação da matéria destacada, será observado o disposto no art. 10.

§ 3º - As emendas não destacadas serão arquivadas.

Art. 13 - Cada matéria constitucional, depois de aprovada em primeiro turno, será remetida ao Relator para realizar a compatibilização ou a sistematização dos preceitos e a consolidação do texto, com vistas ao segundo turno.

§ 1º - O Relator terá o prazo de cinco dias para concluir os trabalhos mencionados no caput e enviar o texto à Mesa para publicação.

§ 2º - As emendas oferecidas em 2º turno de votação serão enviadas ao Relator, para apresentação de parecer em 48 horas, o qual deverá ser publicado.

§ 3º - Observado o interstício de 24 horas da publicação ou da distribuição dos avulsos, a matéria será incluída na Ordem do Dia para votação, tendo preferência em relação às ainda não votadas.

§ 4º - Na discussão, a palavra será concedida uma vez só aos oradores inscritos, no máximo de dois, com preferência para o Autor, pelo prazo de cinco minutos, assegurado o uso da palavra ao Relator, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º - Encerrada a discussão, a matéria será submetida à votação, seguida da apreciação dos requerimentos de destaque que somente poderão incidir sobre as emendas oferecidas no segundo turno.

§ 6º - Encerrada a votação, a matéria aprovada será encaminhada ao Relator para oferecimento da redação final, dispensando-se esta, a juízo da Mesa, ouvido o Relator, se aprovada sem emendas ou na forma de substitutivo integral.

§ 7º - A redação final será oferecida no prazo de 48 horas, sendo incluída em Ordem do Dia, observado o interstício de 24 horas de sua publicação.

§ 8º - A redação final será apreciada sem discussão, admitindo o encaminhamento de votação, que se dará por maioria simples e processo simbólico.

§ 9º - As dúvidas em relação ao texto serão dirimidas de imediato pela Mesa, ouvido o Relator.

§ 10 - Decorridos cinco dias da publicação da redação final, poderá a matéria ser incluída na Ordem do Dia, com preferência sobre qualquer outra, para promulgação como emenda Constitucional de Revisão.

§ 11 - A inclusão da matéria na Ordem do Dia, para promulgação como Emenda Constitucional de Revisão, será feita a requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representam este número, sujeito à deliberação do Plenário, por maioria absoluta.

Art. 14 - A aprovação das matérias constitucionais dar-se-á por maioria absoluta de votos dos deputados estaduais.

Capítulo III

Dos Destaques

Art. 15 - O destaque das partes de qualquer proposição em tramitação, bem como de emenda do grupo a que pertencer, será concedido mediante deliberação do Plenário a requerimento de 18 deputados estaduais ou líderes que representam este número, para:

I - votação em separado;

II - votação de emenda;

III - inclusão, no texto aprovado, de parte de emenda, subemenda ou proposição em tramitação.

§ 1º - Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados dentro de 24 horas que se seguirem à publicação. Na hipótese de Parecer em Plenário, os requerimentos de destaque poderão ser oferecidos até o anúncio da votação da matéria a que se referirem.

§ 2º - O requerimento de preferência para votação dos destaques deverá ser subscrito por, no mínimo, 10 deputados estaduais ou líderes que representem esse número e apresentado até o início da Ordem do Dia. Ocorrendo o término da votação de uma matéria e iniciando-se, no mesmo dia, a votação da matéria em relação à qual incida o requerimento de preferência, sua apresentação se dará duas horas antes de iniciada a votação.

§ 3º - Mediante requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representem esse número e deliberação do Plenário, os requerimentos de destaque poderão ser votados em bloco.

§ 4º - Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver o maior número de subscritores ou líderes que os representem. Havendo igual número de subscritores, a preferência caberá àquele que tiver sido oferecido em primeiro lugar.

§ 5º - Anunciada sua votação e ausente o primeiro signatário do requerimento de destaque, ficará este prejudicado.

§ 6º - Aprovado requerimento na hipótese de destaque prevista no inciso I do *caput*, será submetida à votação a matéria destacada, ficando aprovada se receber votos positivos da maioria absoluta dos deputados estaduais.

§ 7º - Aprovado requerimento nas hipóteses de destaque previstas nos incisos II e III do *caput*, considerase incluída no texto respectivo a matéria objeto do destaque, se aprovada pela maioria absoluta dos deputados estaduais.

§ 8º - As propostas, as emendas e os destaques aprovados prejudicarão as proposições idênticas ou de finalidade oposta; os rejeitados prejudicarão as idênticas.

§ 9º - Rejeitado ou retirado o requerimento de destaque, ou ainda, de qualquer forma considerado prejudicado, a matéria respectiva retornará ao grupo ou proposição a que pertencer e será tida como aprovada ou rejeitada conforme o sentido da votação original.

§ 10 - As emendas com Parecer Favorável do Relator serão votadas destacadamente, independentemente de requerimento nos termos deste artigo.

Capítulo IV

Seção I

Dos Processos de Votação

Art. 16 - As votações serão realizadas por processo nominal, nos termos do disposto no Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

Capítulo V

Do Adiamento da Discussão ou da Votação

Art. 17 - O adiamento da discussão ou da votação poderá ser concedido pelo Plenário, mediante requerimento de, no mínimo, 10 deputados estaduais ou de líderes que representem este número.

§ 1º - Quando, para a mesma matéria, forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo, que, se aprovado, prejudicará os demais.

§ 2º - Os requerimentos não serão discutidos nem terão encaminhamento de votação.

Capítulo VI

Da Retirada de Proposição

Art. 18 - O requerimento de retirada de qualquer proposição só poderá ser formulado por seu autor.

Art. 19 - Quando pedida à retirada de proposição com parecer contrário, o presidente deferirá o requerimento, independentemente de votação.

Parágrafo Único - Dependerá da aprovação do Plenário o requerimento para retirada de proposição:

I - com parecer favorável;

II - integrante de emenda aglutinativa.

Capítulo VII

Disposições Finais

Art. 20 - As Bancadas dos Partidos ou Blocos serão representados por seus líderes na Assembléia Legislativa.

Art. 21 - Após o encerramento dos trabalhos, convocar-se-á Sessão Solene para promulgação, ficando prejudicadas as matérias não apreciadas.

§ 1º - O encerramento dos trabalhos, poderá ser antecipado, mediante requerimento de 18 deputados estaduais ou líderes que representem este número, aprovado pelo Plenário, por maioria absoluta.

§ 2º - Rejeitado o requerimento, nova proposta de encerramento somente poderá ser apresentada depois de quinze dias.

§ 3º - As Propostas de Emenda à Constituição transformadas em propostas revisionais, nos termos do § 7º do artigo 4º, não apreciadas, poderão retomar sua tramitação normal na Assembléia Legislativa, desde que apresentado requerimento neste sentido pelo primeiro signatário.

§ 4º - Quaisquer dúvidas ou lacunas suscitadas no curso do processo de Revisão Constitucional serão sanadas com base no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 22 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoioamento:

Ângelo Vanhoni, Edgar Bueno, Ademir Bier, Nereu Moura.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

EMENDA MODIFICATIVA

Altera o § 5º, do artigo 4º, do Projeto de Resolução nº 12/2000, ficando com a seguinte redação:

“Art. 4º - ...

§ 5º - Fica assegurada, no prazo estabelecido no *caput* deste artigo e nos termos do artigo 3º, a apresentação de proposta revisional popular, desde que subscrita por, no mínimo, 5000 (cinco mil eleitores), em listas organizadas por uma entidade associativa legalmente constituída, que se responsabilize pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:”

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA

IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura e Waldyr Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica pela necessidade de se tornar mais acessível a participação popular no processo revisional, mediante apresentação de emenda. O atual *quantum* exigido, representa em números reais 60.000 (sessenta mil eleitores), cifra que acaba por inviabilizar qualquer tipo de apresentação de emenda de ini-

ciativa popular, especialmente, em face ao curtíssimo lapso de tempo para a apresentação de emendas (30 dias).

Ademais, 5000 eleitores é o número mínimo necessário para a criação de município. Dessa forma, em tese, não se excluiria os pequenos municípios de apresentarem, emendas individualmente.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 03

EMENDA MODIFICATIVA

Altera o artigo 6º, do Projeto de Resolução nº 12/2000, ficando com a seguinte redação:

“Art. 6º - Findo o prazo de apresentação das propostas, serão estas publicadas, tendo os deputados estaduais prazo de cinco dias, contados da publicação, para apresentar emendas às propostas, as quais poderão ser supressivas, modificativas ou aditivas.”

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA

IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda, fixa o início da contagem do prazo, tomando como termo inicial a publicação das propostas apresentadas uma vez que somente a partir da publicação é que torna possível a apresentação de emendas às propostas.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 04

EMENDA MODIFICATIVA

Altera o artigo 5º, do Projeto de Resolução nº 12/2000, ficando com a seguinte redação:

“Art. 5º - Durante o período de discussão, o parlamentar poderá falar, uma só vez, em cada sessão, pelo prazo de quinze minutos.”

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA

IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa clarear a compreensão do texto, deixando expresso, que o prazo de 15 minutos se refere a cada sessão, e não ao período de discussão como um todo, que é de 45 dias conforme o disposto no artigo 3º, do Projeto de Resolução nº 12/2000.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 05

EMENDA ADITIVA

Acrescenta um Parágrafo Único, ao artigo 8º, do Projeto de Resolução nº 12/2000, com a seguinte redação:

“Art. 8º - ...

Parágrafo Único - As propostas revisionais, as emendas, subemendas, substitutivos, pareceres do relator, e outras matérias objeto de deliberação, apenas serão submetidos à deliberação em Plenário, após publicação na pauta por duas sessões.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO
ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se pela necessidade de assegurar o conhecimento prévio de todas as matérias que serão inclusas na Ordem do Dia para deliberação em Plenário, propiciando melhor conhecimento e análise.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 06 EMENDA MODIFICATIVA

Altera o § 3º, do artigo 13, do Projeto de Resolução nº 12/2000, ficando com a seguinte redação:

“Art. 13 - ...

§ 3º - Observado o disposto no Parágrafo Único do artigo 8º, a matéria será incluída na Ordem do Dia para votação, tendo preferência em relação às ainda não votadas.”

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO
ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda se faz necessária para adequar o Regimento Interno da Revisão Constitucional às alterações de emenda apresentada, visando dar unidade ao texto, harmonizando-se a exigência de dar ampla publicidade ao processo revisional.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 07 EMENDA MODIFICATIVA

Altera o § 7º, do artigo 13, do Projeto de Resolução 12/2000, ficando com a seguinte redação:

“Art. 13 - ...”

§ 7º - A redação final será oferecida no prazo de 48 horas, sendo incluída em Ordem do Dia, observado o disposto no Parágrafo Único do artigo 8º.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO
ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda se faz necessária para adequar o Regimento Interno da revisão Constitucional às alterações de emenda apresentada, visando dar unidade ao texto, harmonizando-se a exigência de dar ampla publicidade ao processo revisional.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 08 EMENDA MODIFICATIVA

Altera o *caput*, do artigo 15, do Projeto de Resolução 12/2000, ficando com a seguinte redação:

Art. 15 - O destaque das partes de qualquer proposição em tramitação, bem como de emenda do grupo a que pertencer, será concedido mediante deliberação do Plenário a requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representar este número, para:

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO
ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO.

Apoioamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se pela necessidade de se harmonizar o número de subscritores exigidos conforme as demais hipóteses previstas neste Regimento. Ademais, o número de 10 deputados assegura uma melhor participação no processo revisional.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 09 EMENDA MODIFICATIVA

Altera o § 4º, do artigo 15, do Projeto de Resolução 12/2000, ficando com a seguinte redação:

“Art. 15 - ...”

§ 4º - terá prioridade para votação o requerimento de preferência que for protocolado por primeiro.

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO
ÂNGELO VANHONI
PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se pelo fato de possibilitar maior participação dos grupos minoritários nos debates e discussões em Plenário.

EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 10
EMENDA MODIFICATIVA

Suprime os §§ 1º e 2º, do artigo 21, do Projeto de Resolução 12/2000, renumerando o § 3º, como Parágrafo Único.

“Art. 21 - ...”

§ 1º - suprimido

§ 2º - suprimido

Sala das Sessões, em 30.05.2000.

(aa) HERMES FONSECA

IRINEU COLOMBO

ÂNGELLO VANHONI

PÉRICLES MELLO

Apoiamiento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda justifica-se pelo fato de que tal previsão é absolutamente desnecessária, uma vez que o prazo revisional já é extremamente exíguo, não havendo porque se prever possibilidade ser abreviado ainda mais.

O projeto retorna à Comissão Executiva.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/99, e autoria do deputado Irineu Colombo, que altera a redação ao art. 3º, da Lei nº 11.070, de 16 de março de 1995, que dispõe sobre a criação do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 16, de 17.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 112/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 112/99, de autoria do deputado Irineu Mário Colombo, altera a redação do art. 3º da Lei nº 11.070, de 16 de março de 1995, que dispõe sobre a criação do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná. COPED.

A matéria em questão tem por objetivo somente corrigir problemas de remissão da Lei que criou a COPED, bem como a ampliação do prazo para a realização da Conferência sobre Direitos Humanos.

Entretanto, em função de um erro de digitação, o projeto de lei apresentado continuou com imperfeições. Em contato com o autor da proposição, deliberou-se pela apresentação do substitutivo, adequando tão somente os problemas de remissão da lei nº 11.070/95.

Considerando a constitucionalidade e a legalidade do Projeto de Lei nº 112/99, somos de parecer favorável à tramitação do mesmo, com o substitutivo apenso.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 112/99

Art. 1º - O § 1º, do artigo 3º, da Lei nº 11.070, de 16 de março de 1995, que criou o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED -, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - ...

§ 1º - Para a escolha dos membros previstos nos incisos I e II deste artigo, o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, promoverá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a publicação desta lei, uma conferência sobre Direitos Humanos, quando as Organizações Não Governamentais escolherão seus representantes, inclusive suplentes, indicando-os ao Poder Executivo dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da realização da conferência.”

Art. 2º - esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Usuários de Serviços Delegados. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM SUBSTITUTIVO DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 28, de 19.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI 179/99

P A R E C E R :

1- do Projeto

O presente projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, visa a instituição de Conselho Estadual de Usuários de Serviços Públicos Delegados.

Entretanto, por força constitucional o projeto se vê prejudicado, em especial no que diz respeito à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo (art. 61, II,b,e).

De outro lado, e dada sua importância para o momento político em que vive o país, é necessário e mesmo de fundamental importância a existência de um controle social sobre a ação dos serviços públicos delegados.

2 - do Voto

Dada a importância do tema, objeto do projeto de lei, apresento Substitutivo Geral nos termos do Anexo, e

desta forma emito Parecer Favorável, acatando o voto em separado do deputado Algaci Túlio.

Sala das Comissões, em 04.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 179/99

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Usuários dos Serviços Públicos Estaduais Delegados a terceiros, por concessão ou permissão, na forma desta Lei.

Art. 2º - O Conselho será composto por 15 (quinze) membros, indicados pelo governador do Estado e aprovados pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com mandato de 04 (quatro) anos.

§ 1º - Os Conselheiros não receberão remuneração pelo encargo, sendo permitido o pagamento das despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

§ 2º - O Conselho será dirigido por um presidente e um secretário, escolhidos por seus integrantes, com mandato de um ano, admitida uma recondução.

Art. 3º - Compete ao Conselho fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas delegadas, sua eficiência e atendimento às cláusulas contratuais.

Art. 4º - Por deliberação da maioria dos conselheiros, o Conselho poderá recomendar aos Poderes Executivo e Legislativo, e ao Ministério Público, medidas para a apuração da descontinuidade dos serviços, má qualidade sem uma prestação e desatendimento a cláusulas contratuais.

Art. 5º - As reuniões do Conselho deverão ser públicas, convocadas através de aviso em jornal de circulação estadual, e suas deliberações constarão em ata cujo extrato deverá ser publicado no órgão oficial do Estado do Paraná.

Art. 6º - O Poder Executivo deverá indicar os nomes dos Conselheiros à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação desta lei.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO
AO PROJETO DE LEI Nº 179/99
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Usuários dos Serviços Públicos Estaduais Delegados a terceiros, por concessão ou permissão, na forma desta lei.

Art. 2º - O Conselho será composto por 15 (quinze) membros, indicados pelo governador do Estado e aprovados pela Assembléia Legislativa do Paraná, com mandato de 04 (quatro) anos.

§ 1º - Os Conselheiros não receberão remuneração pelo encargo, sendo permitido pagamento das despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

§ 2º - O Conselho será dirigido por um presidente e um secretário, escolhidos por seus integrantes, com mandato de um ano, admitida uma recondução.

Art. 3º - Compete ao conselho fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas delegadas, sua eficiência e atendimento às cláusulas contratuais.

Art. 4º - Por deliberação da maioria dos conselheiros, o conselho poderá recomendar aos Poderes Executivo e Legislativo e ao Ministério Público, as medidas para a apuração da descontinuidade dos serviços, má qualidade sem uma prestação e desatendimento a cláusulas contratuais.

Art. 5º - As reuniões do conselho deverão ser públicas, convocadas através de aviso em jornal de circulação estadual, e suas deliberações constarão em ata cujo extrato deverá ser publicado no órgão oficial de imprensa do Estado do Paraná.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

A retirada de dois artigos - artigos 6º e 7º do Parecer anterior deu-se em virtude de que os mesmos retiravam o caráter autorizatório do projeto de lei.

Se é uma prerrogativa o Poder Executivo esta matéria, conforme art. 61, II, b, e não se pode atribuir àquele Poder o dever de indicação de membros, bem como prazo para fazê-lo.

Da mesma forma, não se pode dar ao Poder Executivo um prazo para regulamentação da lei, pelo mesmo motivo.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que isenta do pagamento de taxa de vestibular alunos egressos de Escola Pública Estadual. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 41, de 11.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 233/99

P A R E C E R :

O projeto de lei nº 233/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, isenta do pagamento de taxa de vestibular alunos egressos de escola pública estadual.

O programa de autonomia das Universidades e Faculdades estaduais não representou a privatização dessas organizações. Assim, as mesmas continuam recebendo recursos do Estado, que inclusive mantém as folhas de pagamento para inativos e pensionistas.

Dessa forma, não há impedimento para a implantação do disposto na matéria em análise. Não fere a autonomia das Universidades e Faculdades.

Cabe destacar que a taxa de inscrição no concurso vestibular limita a participação de muitos estudantes das escolas públicas. é verdade que as Universidades e Faculdades abrem a opção para essas pessoas preencherem requerimento solicitando a dispensa do pagamento da taxa de inscrição. Porém, o processo é burocrático e só beneficia uma parcela muito pequena de estudantes.

Isto posto, somos de Parecer Favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 233/99, por ser constitucional, legal e na forma da técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25.05.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 233/99.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que estabelece a obrigatoriedade da disciplina de filosofia na grade curricular do ensino médio do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 67, de 14.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 317/99

P A R E C E R :**1) do Projeto**

O presente projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, visa incluir a disciplina "Filosofia" na grade curricular do ensino médio do Estado do Paraná. O projeto procura adequar a grade curricular do ensino médio que deve buscar o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Ademais a Lei nº 9394/96, no art. 36,III, 1º afirma que a educação deve levar o adolescente e o jovem ao domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

Pela proposta o conteúdo programático da disciplina será estabelecido pela Secretaria de Estado da Educação e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, e propiciará ao educando capacidade para pensar e repensar de modo crítico o conhecimento produzido pelo homem na sua relação com o mundo e a criação de valores culturais, históricos e sociais.

2) do Voto

Da análise constitucional e legal, Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
BETO RICHA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/99, de autoria do deputado Anibal Khury, que concede licença especial remunerada ao funcionário público estadual, candidato a cargos eletivos em entidades representativas de classe. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e E.C.F. (Publ. no D.A. nº 85, de 02.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 384/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Anibal Khury, tem por objetivo conceder licença especial remunerada ao funcionário público candidato a cargos eletivos em entidades representativas de classe.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 384/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Anibal Khury, objetiva conceder licença especial

remunerada ao funcionário público candidato a cargos eletivos em entidades representativas de classe.

Sobre a matéria constatamos a existência de Parecer Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o art. 33, § 3º do Regimento Interno, podemos constatar que não existe nada que impeça sua tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, emitimos nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (fez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 384/99.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Fundacentro - Fundação para o Desenvolvimento do Centro do Paraná, no município de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 040, de 26.04.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 121/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundacentro - Fundação para o Desenvolvimento do Centro do Paraná, no município de Pitanga.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Brasil, com sede e foro no município de Marialva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 040, de 26.04.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 122/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Brasil, com sede e foro no município de Marialva.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Juranda, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubiratã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 048, de 10.05.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 142/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Juranda, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubiratã.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 16.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 955, 956, 957 e 965, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 958, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 959 e 960, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 961, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 962, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 963, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 964, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 967 a 973, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 975, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 976, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 977, de autoria dos senhores deputados Hermas Brandão, Divanir Braz Palma, Plauto Miró Guimarães e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 979 e 980, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 981, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 982, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 947, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, gostaria de antes de ser votado esse requerimento, pedi para discutí-lo no dia de ontem porque pedimos à Copel que procedesse as informações. Então, temos as informações em mãos, se o deputado assim o quiser pode retirar o requerimento.

Além de prestar as informações do ilustre parlamentar, quero fazer um convite aqui aos senhores deputados que amanhã, às 10 horas, alguns parlamentares que têm interesse em informações da Copel, estarão no prédio da Copel, aonde o presidente e os diretores da Copel estarão à disposição dos senhores parlamentares para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa consulta o requerente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, o objetivo nosso é ter as informações, desde que o deputado Líder do governo assegure ter as informações não tem porque votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está retirado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 073, 084 e 136/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 112, 179, 317, 389/99; 121, 122 e 142/2000.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA 14ª LEGISLATURA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Hermes Fonseca, Edson Praczyk, Antonio Carlos Belinati, Beto Richa, Plauto Miró Guimarães, Carlos Simões, Moysés Leônidas, Algaci Tulio, Cesar Seleme e mais o deputado Antonio Carlos Baratter. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 141/2000 de autoria do deputado Tony Garcia. Concedido vistas aos deputados Algaci Tulio e Edson Praczyk; 02) Projeto de Lei nº 063/99 de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Concedido vistas ao deputado Edson Praczyk; 03) Projeto de Lei nº 567/99 de autoria do Poder Executivo. Concedido vistas ao deputado Duílio Genari; 04) Projeto de Lei nº 139/2000, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 106/2000 de autoria do deputado Nelson Garcia. Concedido vistas ao deputado Algaci Tulio; 06) Projeto de Lei nº 136/2000 de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 07) projeto de Lei nº 074/2000 de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 131/2000 de autoria do deputado Plauto Miró Guima-

rães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 09 Projeto de Lei nº 127/2000 de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 125/2000 de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 001/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati, na forma da emenda anexa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 647/99 de autoria do deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do deputado Edson Praczyk - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 119/2000 de autoria do deputado Algaci Tulio. Concedido vistas ao deputado Moysés Leônidas; 14) Projeto de Lei nº 118/2000 de autoria do deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Edson Praczyk - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 142/2000 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Edson Praczyk - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 089/2000 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 367/99 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães à emenda de Plenário - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 012/2000 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca, acolhendo o voto em separado do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 122/2000 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 126/2000 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 121/2000 de autoria do deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 124/2000 de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 091/2000 de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária da Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE MEDICAMENTOS ATA DA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de

Inquérito de Medicamentos, na sala de reuniões das Comissões sob a presidência do deputado Luiz Accorsi. O senhor presidente relata a diligência ocorrida no dia anterior quando acompanhado pelos deputados Duílio Genari e Antônio Belinati e representante da Receita Estadual e da Saúde Pública, se dirigiram à Farmácia Drogamed, lá chegando constataram que havia medicamentos entregues pelo correio sem nota fiscal, e também de cores diferentes. Verificada a presença de irregularidades a citada farmácia foi notificada. Em seguida fizeram uma visita à Distribuidora Pana Mello e à Farmácia Nissei. Encerrado o relato o senhor presidente da comissão deputado Luiz Accorsi convidou os integrantes da comissão a visitarem outros estabelecimentos no dia 23 de maio de 2000, e encerrou a reunião deste dia, dos quais para constar eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2º SESSÃO LEGISLATIVA 14ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Carlos Simões, Nereu Moura, Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi e Antonio Carlos Belinati. Não havendo número legal, o senhor presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE MEDICAMENTOS ATA DA 05ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito de Medicamentos, na sala de reuniões das Comissões sob a presidência do deputado Luiz Accorsi. O senhor presidente relata a diligência ocorrida no dia anterior quando acompanhado pela senhora deputada Serafina Carrilho e representantes da Receita Estadual e da Saúde Pública, se dirigiram à Viação Garcia, lá chegando constataram a existência de três caixas de Glibenclamida sem a presença de nota fiscal, que em seguida

foi feito termo de apreensão pela Receita Estadual. No mesmo dia visitaram a Distribuidora Equip lá encontraram malote de notas fiscais. No mesmo dia fizeram uma visita à Viação Itapemirim. Findando o relato o senhor presidente da comissão deputado Luiz Accorsi encerrou os trabalhos marcando novas visitas para o dia 29 de maio de 2000, dos quais para constar eu, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e pelo senhor secretário da comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa)LUIZ ACCORSI - Presidente
Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA
ATA DA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil, reuniu-se na Biblioteca Pública da Assembléia Legislativa às 10:00 horas a Comissão dos Direitos Humanos, presidida pelo deputado Pastor Edson Praczyk, contando com a presença dos senhores deputados Waldyr Pugliesi, Luiz Carlos Zuk e Irineu Colombo, tendo como convidado o senhor Cláudio Domingos Danavitchi, membro da Associação da Comunidade Cigana. O senhor Cláudio Domingos relata que participou do 5º Congresso Nacional dos Direitos Humanos realizado em Brasília nos dias 24 à 26 de maio e que lá representou a preservação dos direitos e cultura dos ciganos, também discorre sobre a vinda dos mesmos ao Paraná e ao Brasil. A entidade que ele representa dá apoio aos nômades juridicamente, esta entidade foi reconhecida como Utilidade Pública por proposição do deputado Anibal Khury, que para eles é uma grande vitória. Informa que solicitaram um camping em Curitiba e que o prefeito da época vetou o pedido. **Enfatiza que os ciganos não só um problema municipal e estadual, mas sim nacional. O que tem que acabar é o preconceito, que eles preconizam a informação para distorcer o mito, que para isso contam com o apoio da Assembléia junto às empresas estatais aos projetos culturais de seu povo. Lembra que dia 23 de setembro é o Dia do Cigano. Enfim, ressalta vários pontos discutidos no Congresso, a respeito anexo cópia. O deputado Irineu Colombo destaca que seria importante trazer grupo cigano até a Assembléia para fazer uma demonstração especial sobre sua cultura. O deputado Luiz Carlos Zuk dá como sugestão a criação de um projeto que estabelecesse que cada município do Paraná deveria ter um espaço cigano. O presidente da comissão concorda e encerra os trabalhos agradecendo a presença de todos; convocando nova reunião para a próxima terça-feira, dos quais, eu Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, lavrei o presente termo de ata, que após lido e aprovado, será assinado pelo senhor presidente e pelo secretário da comissão para que produza os efeitos legais.**

(aa)PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente

Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

Pedidos de Adesão:

**PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO**

Demilta Matias dos Santos, matrícula 40077, endereço Rua Eduardo Sprada, 3451, bairro Campo Comprido, cidade de Curitiba, PR, remuneração mensal estimada R\$440,00, CPF: 462.931.409-15, telefone: 373-1583, lotação: D.G., data de nascimento: 16/06/56.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 4382)

Curitiba, em 26.05.2000.

(a) Demilta Matias dos Santos

**PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO**

Delcymara Kuster de Lara, matrícula 40246, endereço Rua Hipólito da Rocha, bairro Guabirotuba, CEP: 81520-470, cidade de Curitiba, PR, remuneração mensal estimada R\$460,00, CPF: 530.248189-87, telefone: 278-3143, lotação: Ordem do Dia, data de nascimento: 01/10/64.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 4453)

Curitiba, em 30.05.2000.

(a) Delcymara Kuster de Lara

**PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO**

Eugenia Chrun Brites, matrícula 41018, endereço Rua Carlota S. Araújo, bairro Boa Vista, CEP: 82540-220, cidade de Curitiba, PR, remuneração mensal estimada R\$420,42, CPF: 470.184.539-68, telefone: 357-8917, data de nascimento: 02/10/47.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: 061.

(Prot. nº 4508)

Curitiba, em 30.05.2000.

(a) Eugenia Chrun Brites

**PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO**

Marcelo de Camargo, matrícula 40484, endereço Rodovia do Xisto, 14.299, bairro Campo Redondo, cidade de Araucária, PR, remuneração mensal estimada R\$440,40, CPF: 583.239.709-63, telefone: 9902-5157, data de nascimento: 20/09/66.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo.

(Prot. nº 4517)

Curitiba, em 30.05.2000.

(a) Marcelo de Camargo

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 008ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE MAIO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Antonio Annibelli e Luiz Carlos Zuk.

Às dezessete horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moisés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há Expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 588/99, de autoria dos deputados Nelson Justus e Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Guaratuba. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 167, de 17.11.99).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 038/2000, de autoria do deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social Municipal de Corbélia, com sede e foro no município de Corbélia. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 038/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social Municipal de Corbélia, com sede e foro no município de Corbélia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.05.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 063/00, de autoria do deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a transportar, via aérea, órgãos retirados de pacientes para transplantes. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 014, de 14.03.2000).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 124/00, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Apucarana. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 040, de 26.04.2000).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 016/99, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que altera o artigo 169, da Resolução nº 159/90, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 62, de 08.06.99).**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 631/99 de autoria do deputado Carlos Simões, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Nilso Romeu Sguarezi. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 31, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 587, 631/99, 125, 126 e 127/2000.

Levanta-se a sessão.